



Número: **0801366-06.2017.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **28/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8924255	28/07/2017 11:02	Petição Inicial	Petição Inicial
8924278	28/07/2017 11:02	Inicial	Outros Documentos
8924336	28/07/2017 11:02	Quesitos-Perícia	Documento de Comprovação
8924352	28/07/2017 11:02	Procuração	Procuração
8924369	28/07/2017 11:02	Declaração de Hipossuficiência	Documento de Comprovação
8924382	28/07/2017 11:02	CTPS	Documento CTPS
8924386	28/07/2017 11:02	RG-CPF	Documento de Identificação
8924448	28/07/2017 11:02	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
8924473	28/07/2017 11:02	Pagamento de Indenização	Documento de Comprovação
8924481	28/07/2017 11:02	Boletim de Atendimento Médico	Documento de Comprovação
8924497	28/07/2017 11:02	Consulta Processual	Documento de Comprovação
9192787	15/08/2017 12:45	Despacho	Despacho
10130438	08/10/2017 16:01	Mandado	Mandado
10555430	01/11/2017 16:10	Petição	Petição
10555513	01/11/2017 16:10	Emenda da Inicial- Antônio Agostinho	Outros Documentos
10555529	01/11/2017 16:10	PROCURAÇÃO À ROGO- ANTÔNIO AUGUSTINHO	Procuração
10556997	01/11/2017 16:56	Petição	Petição
10557034	01/11/2017 16:56	procuração À rogo	Procuração
14936096	06/08/2018 22:50	Decisão	Decisão

18463 669	19/12/2018 15:52	Petição	Petição
18463 711	19/12/2018 15:52	Petição - Antônio Agostinho	Outros Documentos
27683 244	27/01/2020 23:04	Sentença	Sentença
30630 865	13/05/2020 15:12	Apelação	Apelação
30630 870	13/05/2020 15:12	Recurso de Apelação - Antonio Agostinho de Sousa	Apelação
31780 811	24/06/2020 17:06	Despacho	Despacho
31996 646	02/07/2020 11:50	Contestação	Contestação
31996 647	02/07/2020 11:50	2732431_CONTESTACAO_01	Outros Documentos
31996 648	02/07/2020 11:50	2732431_CONTESTACAO_Anexo_02	Outros Documentos
31996 950	02/07/2020 11:50	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
32117 610	07/07/2020 12:10	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
32163 663	08/07/2020 15:38	Contrarrrazões	Contrarrrazões
32163 665	08/07/2020 15:38	2732431_CONTRARRAZOES_285-A_CPC_01	Outros Documentos
37564 388	14/09/2020 18:19	Certidão de Prevenção	Certidão de Prevenção
37564 389	21/09/2020 19:43	Despacho	Despacho
37564 390	21/09/2020 21:24	Expediente	Expediente
37564 391	28/10/2020 06:12	Parecer	Parecer
37564 392	28/10/2020 06:12	Pje_AC - 0801366-06.2017.8.15.0211 - P4	Parecer
37564 393	07/12/2020 11:49	Despacho	Despacho
38361 398	14/01/2021 15:14	Despacho	Despacho
47636 104	04/02/2021 09:17	Certidão	Certidão
47636 105	12/05/2021 19:21	Despacho	Despacho
47636 106	31/05/2021 16:33	Despacho	Despacho
47636 107	09/06/2021 10:47	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
47636 108	09/06/2021 11:01	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
47636 109	21/06/2021 22:16	Certidão de julgamento	Certidão
47636 110	06/07/2021 19:28	Acórdão	Acórdão
47636 111	06/07/2021 19:28	Relatório	Relatório
47636 112	06/07/2021 19:28	Voto do Magistrado	Voto
47636 113	06/07/2021 19:28	Ementa	Ementa
47636 114	15/07/2021 14:46	Expediente	Expediente
47636 115	25/08/2021 12:48	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
47789 173	28/08/2021 10:54	Decisão	Decisão
49055 164	24/09/2021 15:49	Petição	Petição

49055 167	24/09/2021 15:49	2732431_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos
49055 169	24/09/2021 15:49	2732431_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos
49504 076	05/10/2021 09:30	Mandado	Mandado
49504 077	05/10/2021 09:30	Mandado	Mandado
50131 152	19/10/2021 20:49	Diligência	Diligência
50131 159	19/10/2021 20:49	Mandado Intimação do Autor - Antonio Agostinho de Sousa	Documento Comprovação Intimação
50968 740	08/11/2021 08:09	Termo de Audiência	Termo de Audiência
50969 299	08/11/2021 08:11	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
50969 302	08/11/2021 08:11	0801366-06.2017.815.0211	Laudo Pericial
51948 644	29/11/2021 14:37	Alegações Finais	Alegações Finais
51948 646	29/11/2021 14:37	Petição Manifestação de Laudo	Outros Documentos
52016 198	30/11/2021 14:27	Petição	Petição
52016 900	30/11/2021 14:27	2732431_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos
54175 906	10/02/2022 06:25	Sentença	Sentença

PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ANEXOS..





AO JUÍZO DA ____ VARA DA COMARCA DE ITAPORANGA/ PB.

ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 1.603.018, SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 953.401.144-49, residente e domiciliado na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, por seu procurador *infra-assinado*, conforme Instrumento de Mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **com base na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, nos termos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil**, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e direito a seguir aduzidos:

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





I – DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, ressalta-se que a parte Autora, temporariamente, não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, por ser pobre da forma da Lei, conforme Declaração de Pobreza e CTPS em anexo.

Assim, desde já REQUER a Vossa Excelência, a compreensão da situação, para que conceda os benefícios da Justiça Gratuita à parte Autora, uma vez que, neste momento, não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento de custas e despesas com o processo, além de honorários advocatícios, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO

A parte Autora fora vítima de **acidente de trânsito** causado por veículo automotor em **12/12/2014**, consoante **Boletim de Ocorrência** em anexo, estando o referido automóvel garantido pelo Seguro Obrigatório DPVAT.

Em consequência do citado evento danoso, a parte Autora sofreu diversas lesões e traumas, conforme demonstrado pelo **Boletim de Atendimento Hospitalar**, a ensejar o pagamento da indenização instituído pela Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, que trata do Seguro Obrigatório DPVAT.

Desta forma, a parte Autora formulou perante a Seguradora Ré, pedido de indenização por invalidez permanente, a qual se refere o Seguro Obrigatório DPVAT, quando então, recebeu a importância de **R\$ 1.687,50** (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme anexo, **em desconformidade com a citada Lei, como restará comprovado durante a instrução processual através da Prova Pericial**, desde já requerida.

Como é sabido, o DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres criado pela Lei nº 6.194/74, com o fim de amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo território nacional, e prevê indenizações em caso de morte, invalidez permanente, total ou parcial, além de despesas de assistência médica e suplementares, cujo valor máximo da indenização prevista no art. 3, inciso II, da Lei nº 6.194/74, está fixado em **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

Ademais, cumpre esclarecer que o Autor ingressou com a presente demanda em 09/09/2015, na 1ª Vara de Itaporanga/PB, nº 0001387-83.2015.815.0211, quando então, o processo foi extinto sem resolução do mérito, razão pela qual a parte autora interpõe a presente demanda nesse juízo.

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





No caso, a parte Autora visa obter do Poder Judiciário a condenação do Réu ao pagamento de indenização correspondente a diferença do Seguro Obrigatório DPVAT que lhe foi pago administrativamente, fora dos parâmetros consignados na Lei nº 6.194/74, a ser apurado em perícia judicial.

Sendo certo, que a indenização ora pleiteada deverá ser paga com base no valor vigente a época da ocorrência, **bastando para tanto à simples demonstração do acidente (Boletim de Ocorrência expedido pela Autoridade Policial) e do respectivo dano (Lesões/Traumas – Boletim de Atendimento Hospitalar e Pagamento PARCIAL de Indenização pelo Réu)**, como preceitua o art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74.

Noutro giro, quanto a **correção monetária é devida desde a data do evento danoso**, como já assentou o **Superior Tribunal de Justiça**, enquanto que os **juros moratórios** são devidos desde a data da CITAÇÃO do Réu, nos termos da **Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça**.

III – DA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso, está previsto na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores diferentes lesões e graus de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, está última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

Deste modo, faz-se necessária a produção de prova pericial para aferição da **LESÃO** sofrido pela parte Autora e da respectiva **REPERCUSSÃO (GRAU)**, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009.

Diante disso, nas ações dessa natureza a prática tem demonstrado que a designação de audiência preliminar de conciliação objetivando a realização de composição entre as partes tem sido infrutíferas devido à necessidade de produção de prova pericial. E, por essa razão a Seguradora Ré tem se limitado a conciliações em MUTIRÕES realizados em parcerias com os Tribunais de Justiça em todo País, inclusive por esse Egrégio Tribunal, **motivo pelo qual a designação de audiência com essa finalidade restará sem êxito**.

Assim sendo, a parte Autora informa a Vossa Excelência o seu **desinteresse na autocomposição, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º do CPC**.

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência:

a) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c o artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil;

b) Seja determinada a citação do Réu, pelo Correio, nos termos do art. 247 do CPC, para, querendo, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia, a teor do art. 344 do Código de Processo Civil;

c) Ao final, seja julgado **PROCEDENTE** a ação, para condenar o Réu ao pagamento complementar da indenização devida pelo Seguro Obrigatório DPVAT, apurado através da Perícia Judicial (art. 324, § 1º, II, CPC), acrescido de correção monetária desde a ocorrência do evento danoso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, tudo com arrimo na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores e súmula 426 STJ;

d) Requer, ainda, seja o Réu condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, de modo a assegurar a dignidade do profissional, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil.

V – DAS PROVAS (PROVA PERICIAL)

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, a documental, testemunhal e, especialmente **realização de perícia médica para verificação das lesões/traumas sofridos pela parte Autoria e a respectiva repercussão (grau), em decorrência do referido acidente de trânsito, na forma do art. 3º, II, § 1º, I, da Lei nº 6.194/74**, o que desde já fica requerido, devendo os **QUESITOS** em anexo serem respondidos pelo perito nomeado por esse Juízo, sob pena de nulidade, **nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil.**

VI – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se a causa, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) .

**NESTES TERMOS,
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**

Itaporanga/ PB, 26 de Julho de 2017.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





RAFAELA MAGALHÃES DE CARVALHO
Estagiária/CPF: 084.759.764-41

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



Assinado eletronicamente por: HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO - 28/07/2017 11:00:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17072810533307600000008735112>
Número do documento: 17072810533307600000008735112



QUESITOS – PERÍCIA

PARTE AUTORA: ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA

Queira o Sr. Perito esclarecer, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009, os seguintes QUESITOS:

1 – Em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve Lesões no Membro Inferior Direito ?

2 – Em caso positivo, a Lesão ou as Lesões são Temporárias ou Permanentes?

3 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?

4 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?

5 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?

6 – Independente do quesito exposto no item “1”, em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve algum outro tipo Lesão?

7 – Em caso positivo, qual tipo de Lesão ocorreu?

8 – Em caso de ter havido Lesão, ela é temporária ou permanente?

9 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?

10 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?

11 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, natural de Itaporanga/PB, solteiro, agricultor, portador do RG Nº 1.603.018, SSP/PB e CPF Nº 953.401.144-49, residente na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB; através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado;

OUTORGADO: HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob nº 25.252 – D, Fone/Fax: (87) 3846-1036.

PODERES: a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula "ad judicia et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defende-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, também, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitações, levantar alvarás, agindo separada ou conjuntamente, podendo subestabelecer no presente mandato, com ou sem reserva de poderes.

ITAPORANGA/PB, 26 de Agosto de 2015.

ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA

Testemunhas:
x Rafaela Magalhães de Carvalho - RG: 8031553.
x Someres da Costa Alvarez - RG: 8989893.



DECLARAÇÃO

Eu, ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 1.603.018, SSP/PB e CPF nº 953.401.144-49, residente na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB.

Declaro, com base na Lei 7.115, de 29.08.1983, e para finalidades do disposto no Art. 4º, da Lei 1.060, de 05.02.1950, e Constituição Federal, Art. 5º, LXXIV, que nesse momento, não posso arcar com as custas e despesas desse processo, bem como honorários advocatícios, sem sacrifício próprio e de minha família, responsabilizando-me integralmente pelo conteúdo da presente declaração.

Itaporanga/PB, 26 de Agosto de 2015.

DECLARANTE

Assinaturas:

x Rafael Miguel de Carvalho RG: 8031553.

x Someres da Costa Burego RG: 8989893.



MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número **63665** Série **00013 PB**



Polegada Direita.



CTPS-RECADASTRADA

ASSINATURA DO PORTADOR

8 **QUALIFICAÇÃO CIVIL**

Nome Antonio Agostinho de Sousa

Loc. Nasc. Itaperianga

Est. Pernambuco Data 04.01.1971

Filiação José Agostinho de Sousa e Maria da Conceição de Sousa

Est. Civil Solteiro Doc. Nº 997

Fls. 35 Liv. A-03 Reg. Civil quase

Outro doc.

Situação Militar: Doc. C. A. Militar

Nº 090641 Órgão PM 23 Est. PB

Naturalizado Doc. Nº Em/...../.....

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. Nº Exp. em/...../.....

Estado

Obs.

Data Emissão 30.08.90 DRT-23 Itap PB

Assinatura do Funcionário

Maria de Lourdes André

9 **ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE**
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.



1070700770001 6U

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: Construtora Pedra Bonita Ltda.
 Av. João Domingos, 221
 Rua: Miramar - CEP 58.043 N°
 Município: JOÃO PESSOA - PB
 Esp. do estabelecimento: Construtora
 Cargo: SENEAL

C.B.O. n°
 Data admissão: 19 de 1993
 Registro n°
 Remuneração especificada: R\$ 15.521,00
 nas atividades realizadas p/ unidade de tempo, ou valor p/ em-
 preiteiro produzidos nas atividades realizadas p/ unidade de tem-
 po, contrato p/ prazo determinado, Salário de Casa

Cia. Agro-Pastoril de Rio Grande

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 SÓCIO GERENTE

1º
 2º
 Data saída: 19 de 1994
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 Sival Pinto Brandão
 SÓCIO GERENTE

Com. Dispensa CD N°

CONTRATO DE TRABALHO

13

CIA. AGRO-PASTORIL DO
 RIO GRANDE

CGC/ME: 23.278.914/0001-14
 Rua: Foz. Rio Grande
 Município: PASSOS
 Esp. do estabelecimento: AGRICULTURA
 Cargo: RORICOLA RORICAL

C.B.O. n°
 Data admissão: 19 de 1996
 Registro n°
 Remuneração especificada: R\$ 0,9018 p/ hora
 nas atividades realizadas p/ unidade de tempo, ou valor p/ em-
 preiteiro produzidos nas atividades realizadas p/ unidade de tem-
 po, contrato p/ prazo determinado, Salário de Casa

Cia. Agro-Pastoril de Rio Grande

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 DEPTO. PESSOAL

1º
 2º
 Data saída: 19 de 1996
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 DEPTO. PESSOAL

Com. Dispensa CD N°

14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: 10.670.982/0002-63
 Nova Fronteira Agrícola S.A.
 CGC/ME: Projeto Curacá Lote 417
 Rua: CEP 48900-000 Juazeiro-BA
 Município: Juazeiro-BA
 Esp. do estabelecimento: Rural
 Cargo: SENEAL

C.B.O. n°
 Data admissão: 19 de 1998
 Registro n°
 Remuneração especificada: R\$ 405,00
 nas atividades realizadas p/ unidade de tempo, ou valor p/ em-
 preiteiro produzidos nas atividades realizadas p/ unidade de tem-
 po, contrato p/ prazo determinado, Salário de Casa

Nova Fronteira Agrícola S.A.
 Enc. Depto. Pessoal

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 Enc. Depto. Pessoal

1º
 2º
 Data saída: 19 de 1998
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 Enc. Depto. Pessoal

Com. Dispensa CD N°

15

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: 10.670.982/0002-63
 Nova Fronteira Agrícola S.A.
 CGC/ME: Projeto Curacá Lote 417
 Rua: CEP 48900-000 Juazeiro-BA
 Município: Juazeiro-BA
 Esp. do estabelecimento: Rural
 Cargo: SENEAL

C.B.O. n°
 Data admissão: 19 de 1998
 Registro n°
 Remuneração especificada: R\$ 475,00
 nas atividades realizadas p/ unidade de tempo, ou valor p/ em-
 preiteiro produzidos nas atividades realizadas p/ unidade de tem-
 po, contrato p/ prazo determinado, Salário de Casa

Nova Fronteira Agrícola S.A.
 Enc. Depto. Pessoal

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 Enc. Depto. Pessoal

1º
 2º
 Data saída: 19 de 1998
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 Enc. Depto. Pessoal

Com. Dispensa CD N°



Empregador.....

QUEIROZ GALVAO ALIMENTOS S/A
 ROD. BR 122 KM 174, S/N
 PETROLINA - PE CNPJ 04.899.037/0006-09
 Esp. Estabelecimento FRUTICULTURA
 CARGO TRAB. NUNAL CBO 621005 06-028014

Data Admissão 03 de Maio de 2011

Registro No. 715/Ficha

Remuneração R\$ 560,00 (QUINHENTOS E SEXTENTA REAL
 S) POR MES

06-028014

Queiroz Galvão Alimentos S/A

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída.....de.....de 19.....

1980-Carta Ex-que de S. Cateador.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Queiroz Galvão Alimentos S/A

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Empregador.....

CGC/MF.....

Rua Nº.....

Município Est.

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... C.B.O. nº.....

Data admissão de de 19.....

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída.....de.....de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Empregador.....

CGC/MF.....

Rua Nº.....

Município Est.

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... C.B.O. nº.....

Data admissão de de 19.....

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída.....de.....de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Empregador.....

CGC/MF.....

Rua Nº.....

Município Est.

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... C.B.O. nº.....

Data admissão de de 19.....

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

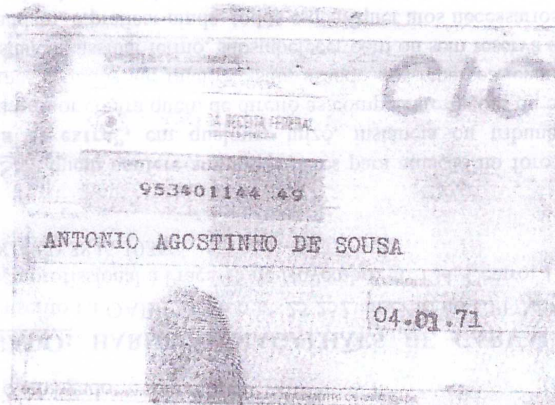
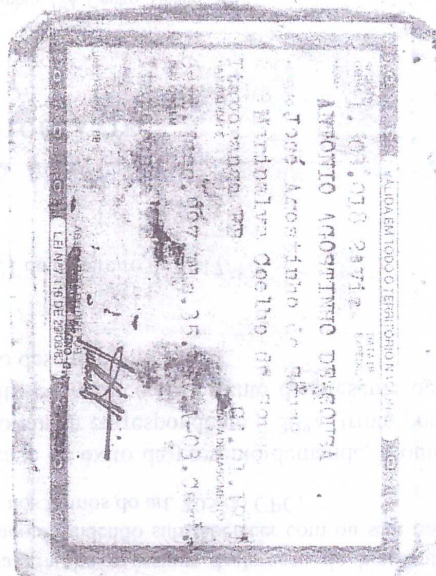
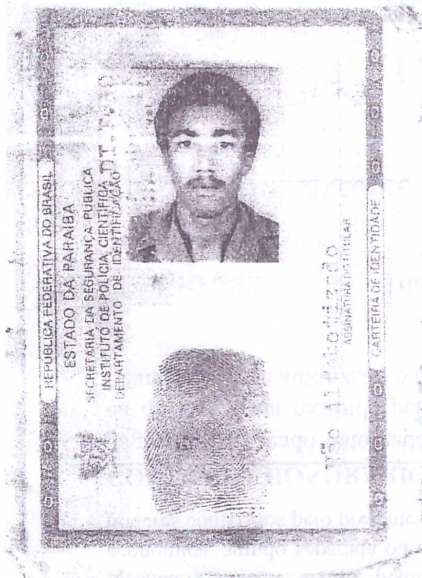
Data saída.....de.....de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº







BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Nº 154 / 2015

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Acidente de Trânsito

DATA DO FATO: 12 / Dezembro / 2014

HORAS: 8hs

Sob a responsabilidade do Del. Pol: Cristiano dos Santos Santana

Notificante / vítima:

ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA, natural de Itaperanga-PB, Solteiro, Agricultor, nascido no dia 04.01.71, filho de José Agostinho de Sousa e Marinalva Coelho de Sousa, RG 1.603.018/PB e CPF 953.401.144-49, residente na Rua Mãe Burrego nº.206 centro de Itaperanga/PB.

HISTÓRICO DO FATO

O (a) notificante, após ciente das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o **SEGUINTE:** Que no dia 12/12/2014, por volta das 8hs da manhã, ia saindo do Posto de Gasolina 'JAMACI', centro de Itaperanga/PB, pilotando a motocicleta YAMAHA/YBR125 FACTOR KI, COR PRETA ANO DE FAB.2014/2015, PLACA QFF4918/PB e CHASSI Nº.9C6KE1950F0033526, licenciada em nome de COSMO SOARES PEREIRA e ao tentar desviar de outra moto perdeu o controle e caiu ao solo, sendo socorrido por amigos para o Hospital Distrital de Itaperanga-PB.

Itaperanga, 19 / Fevereiro / 2015

Notificante / Testemunha Arrogada

Francisco Silva Rodrigues
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 60.265-5



Acompanhe o processo de indenização - Seguro DPVAT - O seguro do trânsito

VÍTIMA ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO MBM SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

CPF/CNPJ: 95340114449

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

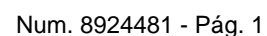
Data de liberação do pagamento: 07/04/2015

Fique atento: o prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data da liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
07/04/2015	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO <input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS		CARÁTER DO ATENDIMENTO	
PROCEDIMENTO - descrição:		DIAGNÓSTICO:	
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL		CID-10:	
ASS. DO REVISOR TÉCNICO		ENCAMINHAMENTO:	
ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO		MEDICAÇÃO:	
CARIMBO		<input type="checkbox"/> 1. PRESCRITA <input type="checkbox"/> 2. APLICADA	
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTE(S) CARIMBO(S)		<input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS	
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTE(S) CARIMBO(S)		SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:	
ASS. DO REVISOR TÉCNICO		ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO	
CARIMBO		CARIMBO	





HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
RUA HORACIO NOBREGA, S/N
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Prontuario: 19157

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO

Data/Hora 12/12/2014 14:10:1

Servidor do Dr.:

Paciente ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Idade:43 Sexo

Filiação

Pai: JOSE AGOSTINO DE SOUSA

Mãe: MARINALVA COELHO DE SOUSA

Endereço

Cidade: ITAPORANGA - PB - 58780-000 - 2507002

Endereço: MAE BURREGO

Bairro: CENTRO

N.: 206

Naturalidade: ITAPORANGA - PB

Fone: (83)9967-2317

Documentos

CNS: 209-9542-6052-0006

Identidade:

CPF:

Reg. Nasc.:

Informações adicionais

Nascimento: 4/1/1971

Cor: PARDA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: AGRICULTOR(A)

Responsável:

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Diagnóstico:

Motivo da Alta:

Recepcionista: Ingrid





Dr. Joaquim Vieira Diniz
Clinica Médica – CRM-2243

Relatório médico

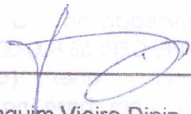
O paciente **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA** sofreu acidente de moto no dia 12/012/2014, com fratura do pé e joelho direito.

Realizada redução das fraturas com imobilização gessada.

No momento apresenta-se com dor e limitação nos movimentos do pé e joelho direito.

Encontra-se de alta médica a partir desta data 06/06/2015.

Itaporanga 08 de junho 2015.


Dr. Joaquim Vieira Diniz
CRM- 2243



Processo

Nº Processo: 0001387-83.2015.815.0211
Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO
Status: BAIXADO
Localizador: BAIXADO
Vara: 1A. VARA DE ITAPORANGA
Distribuição: 09/09/2015
Valor Ação: R\$5.400,00

Assuntos:

SEGURO

Movimentações:

	Data :	Descrição :
1	07/10/2016	BAIXA DEFINITIVA 07/10/2016 09:40 TJEITMO
2	07/10/2016	TRANSITADO EM JULGADO EM 15/09/2016
3	24/08/2016	EXPEDICAO DE DOCUMENTO CERTIDAO 24/08/2016 INTIMACAO-CARTORIO-ADVOGADO
4	24/08/2016	EXPEDICAO DE DOCUMENTO CERTIDAO 24/08/2016 REGISTRO-SENTENCA
5	24/08/2016	PUBLICADO 22/07/2016 SENTENCA RETRO
6	22/07/2016	INDEFERIDA A PETICAO INICIAL 22/07/2016
7	27/06/2016	CONCLUSOS PARA DESPACHO 27/06/2016
8	17/06/2016	EXPEDICAO DE DOCUMENTO CERTIDAO 17/06/2016
9	31/03/2016	PROVIMENTO DE AUDITAGEM 31/03/2016 MAR/2016
10	13/10/2015	JUNTADA DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 13/10/2015
11	08/10/2015	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 08/10/2015 NF 131/1
12	06/10/2015	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 06/10/2015
13	05/10/2015	CONCLUSOS PARA DESPACHO 05/10/2015
14	09/09/2015	DISTRIBUIDO POR SORTEIO 09/09/2015 TJEITD1

Os resultados apresentados são de caráter informativo, não substituindo avisos ou intimações publicados no Diário da Justiça.

Consultas ao Telejudiciário através do telefone: (83) 3621-1581





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Itaporanga

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801366-06.2017.8.15.0211

DESPACHO

Vistos *etc.*

Intime-se o promovente, por seu procurador, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, a fim de juntar instrumento procuratório público, tendo em vista que a procuração outorgada por pessoa não alfabetizada (documento de identidade colacionada nos autos) deve ser formalizada por instrumento público¹, sob pena de indeferimento da peça inicial, nos termos dos art. 320, 321 e o seu parágrafo único, todos do CPC.

Itaporanga-(PB), data e assinatura digitais.

Francisca Brena Camelo Brito

Juíza de Direito Substituta

¹ EMENTA: APELAÇÃO. IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO. AUTOR ANALFABETO. PROCURAÇÃO PARTICULAR. IMPOSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO. INÉRCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. Não se conhece do Recurso interposto por intermédio de advogado com procuração particular quando o Autor é analfabeto, e que apesar de intimado, nos termos do art. 13, do CPC, mantém-se inerte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002702720128150061, - Não possui -, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 24-11-2014)



ATO PROCESSUAL DE INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

INTIMO a parte autora, através do(a) seu(sua) advogado(a) e via sistema, para emendar a inicial no **prazo de 15 (quinze) dias**, conforme a decisão constante no evento imediatamente abaixo.

Itaporanga/PB, 8 de outubro de 2017

De ordem, FRANCISCO DE ASSIS TELECIO LACERDA
Analista/Técnico Judiciário.



EMENDA DA INICIAL E PROCURAÇÃO EM ANEXO.





AO JUÍZO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO nº : 0801366-06.2017.8.15.0211

SEGURO OBRIGATÓRIO "DPVAT"

ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador *devidamente constituído*, vem a presença de Vossa Excelência expor para ao final requer o que se segue.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório "DPVAT", movida pela parte Autora em face da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, objetivando complementação do valor que lhe foi pago administrativamente a menor, em desconformidade com a Lei.

Nesse contexto, através do despacho de id. 9192787, o Douto Magistrado determinou a emenda da inicial para no prazo de 15 (quinze) dias juntar aos autos instrumento procuratório público.

Contudo, não é razoável exigir da pessoa não alfabetizada que, apenas, possa outorgar procuração ad judicia mediante instrumento público, como, aliás, decidiu o **CNJ no Procedimento de Controle Administrativo - 0001464-74.2009.2.00.0000**:

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINSTRATIVO. PROCURAÇÃO OUTORGADA POR ANALFABETO. DESNECESSIDADE DE INSTRUMENTO PÚBLICO. PEDIDO PROCEDENTE. 1. Não se mostra razoável exigir que a procuração outorgada por pessoa analfabeta para atuação de advogado junto à Justiça do Trabalho seja somente por instrumento público, se a legislação (art. 595 do Código Civil) prevê forma menos onerosa e que deve ser aplicada analogicamente ao caso em discussão. 2. Procedimento de Controle Administrativo julgado procedente para recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região que adote providências no sentido de reformar a primeira parte do art. 76 do Provimento 05/2004, de modo a excluir a exigência de que a procuração outorgada por analfabeto o seja somente por instrumento público.(CNJ - PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0001464-74.2009.2.00.0000 - Rel. Leomar Amorim - 102ª Sessão - j. 06/04/2010).

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Assim, embora seja possível a outorga de poderes por pessoa não alfabetizada a procurador mediante instrumento particular, mostra-se imprescindível o cumprimento das exigências contidas no art. 595 do Código Civil, ou seja, o instrumento de mandato deve estar assinado a rogo e subscrito por 02 (duas) testemunhas.

A propósito, veja no entendimento firmado pelos **Tribunais** pátrios, pelo que peço vênica para transcrever o seguinte julgado:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. PROCURAÇÃO OUTORGADA POR ANALFABETO. DESNECESSIDADE DE INSTRUMENTO PÚBLICO REGISTRADO PARA FINS MERAMENTE DECLARATÓRIOS. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. RECURSO REPETITIVO DO STJ (1.349.453/MS) FALTA DE INTERESSE DE AGIR. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. A Lei não exige o instrumento público para procuração outorgada por analfabeto, ao revés, o Código Civil, em seu art. 595, reputa válido o instrumento particular quando assinado a rogo e subscrito por 2 (duas) testemunhas.2. Fere o princípio de acesso ao judiciário e o sentido social da prestação jurisdicional a exigência de instrumento público para procuração em virtude do analfabetismo de parte reconhecidamente pobre na forma da Lei pela própria sentença recorrida. Formalismo excessivamente oneroso, o qual a parte não está obrigada a suportar. [...](Apelação nº 0000898-89.2014.8.17.0190(0434876-7. RELATOR: Frederico Ricardo de Almeida Neves. ORGAO JULGADOR: 1ª Câmara Cível. DATA JULGAMENTO: 30/08/2016. DATA PUBLICACAO:13/10/2016) (g.n.)

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência a juntada da Procuração à Rogo, nos termos do art. 595 do Código Civil, bem como seja recebida a inicial para dar prosseguimento ao feito.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Itaporanga/PB, 27 de Outubro de 2017.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO

OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 1.603.018 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 953.401.144-49, residente e domiciliado na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado.

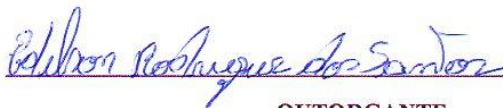
OUTORGADO: HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 25.252, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.542.024-56, com endereço profissional à Praça 15 de Novembro, nº 124, Centro, Triunfo – PE, CEP: 56.870-000 - PABX: (87) 3846.1036.

PODERES: a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula “ad judicium et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima qualificado, os poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos, receber, dar quitações, levantar e receber alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

Não assinado o outorgante por não o poder fazer, conforme declarou, estando a seu rogo assinado por **EDILSON RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, autônomo, portador da Cédula de identidade nº 5.652.161, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.247.064-09, residente e domiciliado na Rua Manoel Pereira Caiana, nº 58, centro, Itaporanga/PB.

Itaporanga/PB, 01 de 11 de 2017.



OUTORGANTE



TESTEMUNHAS:

1º  _____
2º _____

AO JUÍZO DA 1ª MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador devidamente constituído, conforme procuração anexa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência **REQUERER** a desconsideração da procuração registrada sob o id. 10555529, tendo em vista ter sido anexada equivocadamente, razão pela qual segue em anexo a procuração à rogo nos termos do art. 595 do Código Civil.

NESTES TERMOS,

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

Itaporanga/PB, 01 Novembro de 2017.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO

OAB/PE 25.252





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 1.603.018 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 953.401.144-49, residente e domiciliado na Rua Mãe Burrega, nº 206, Centro, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado.

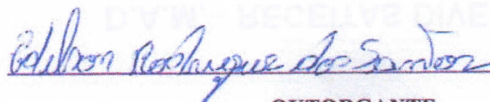
OUTORGADO: HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 25.252, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.542.024-56, com endereço profissional à Praça 15 de Novembro, nº 124, Centro, Triunfo - PE, CEP: 56.870-000 - PABX: (87) 3846.1036.

PODERES: a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima qualificado, os poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos, receber, dar quitações, levantar e receber alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

Não assinado o outorgante por não o poder fazer, conforme declarou, estando a seu rogo assinado por **EDILSON RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, autônomo, portador da Cédula de identidade nº 5.652.161, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.247.064-09, residente e domiciliado na Rua Manoel Pereira Caiana, nº 58, centro, Itaporanga/PB.

Itaporanga/PB, 01 de 11 de 2017.


OUTORGANTE



TESTEMUNHAS:

1º Aldione Nunes Niana Santos
2º Samir da Costa Queiroz

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Itaporanga

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801366-06.2017.8.15.0211

DECISÃO

Vistos *etc.*

Em que pese as veneráveis alegações da parte autora, o TJPB têm entendimento firme no sentido de que a procuração outorgada por analfabeto deve se dar mediante instrumento público. Vejamos o acórdão recente do nosso Egrégio Tribunal:

APELAÇÃO CÍVEL. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE RELAÇÃO CONTRATUAL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. AUTOR ANALFABETO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DO VÍCIO. INÉRCIA. DEFEITO NÃO SANADO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PREJUDICADO. A representação processual de pessoa não alfabetizada deve ser feita por procuração pública, sendo inaceitável o mandato particular, ainda que assinado a rogo, se não está revestido na forma pública. Inteligência dos artigos 37, § 1º, da Lei 6.015/73 c/c art. 104, III e art. 166, IV, do Código Civil. A irregularidade na representação processual constitui vício sanável, de modo que compete ao magistrado conceder prazo para que a parte regularize (art. 13, CPC/73). Verificada irregularidade na representação do apelante e não regularizado o vício no prazo concedido, o recurso interposto não pode ser conhecido por ausência de pressuposto processual. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009056320148150311, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 24-10-2017)

Logo, não acolho o pedido de ID 10555513.

Assim, verificada a incapacidade processual/ irregularidade da representação da parte, suspendo o feito pelo prazo de 30 (trinta) dias. Intime-se o promovente, por seu procurador, para, em igual prazo, regularizar a representação, **anexando o respectivo instrumento procuratório público**, sob pena de extinção do processo, nos termos dos art. 76, §1º, I do NCPC.

Itaporanga-PB, data e assinatura digitais.

Juiz de Direito



PETIÇÃO EM ANEXO.





AO JUÍZO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO nº: 0801366-06.2017.8.15.0211

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO "DPVAT"

ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador devidamente constituído, vem a presença de Vossa Excelência expor para ao final requer o que se segue.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório "DPVAT", movida pela parte Autora em face da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, objetivando complementação do valor que lhe foi pago administrativamente a menor, em desconformidade com a Lei.

Nesse contexto, através da decisão de id. 14936096, o Douto Magistrado determinou a suspensão do feito pelo prazo de 30 (trinta) dias para juntar aos autos instrumento procuratório público.

No entanto, cumpre esclarecer que a parte Autora é pessoa de poucos recursos, além de estar desempregado conforme se observa da CTPS de id. 8924382, inclusive reitera o requerimento dos benefícios da justiça gratuita como posto na Declaração de hipossuficiência anexa aos autos (id. 8924369).

Nesse sentido, é válido ressaltar que a exigência de Procuração Pública não se mostra medida razoável ao caso, uma vez que tal exigência afronta o princípio constitucional de acesso a justiça, ademais, o Autor devidamente intimado para emendar a inicial (Despacho – id. 9192787), juntou aos autos procuração a rogo (id. 10555529), assinada por duas testemunhas, de forma a regularizar a representação processual. Além de que, encontra-se sem condições financeiras de arcar com o ônus para realização do instrumento público.

No caso, a parte Autora além de analfabeta é pessoa de poucos recursos, não sendo razoável a exigência de procuração pública nesses casos, conforme entendimento dos **Tribunais**, vejamos:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE RELAÇÃO CONTRATUAL. EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL. DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA. EXIGÊNCIA RAZOÁVEL DE PROCURAÇÃO ORIGINAL ATUALIZADA. PROVIMENTO DO APELO.

1. Trata-se de Apelação interposta nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Relação Contratual c/c Pedido de Repetição do Indébito e Indenização Por Danos Morais contra Sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, I e 284, do CPC/73, por defeito de representação não sanado pela parte autora. 2. A questão diz respeito à regularidade da representação processual da parte autora, notadamente quanto à necessidade ou não de outorga de procuração pública, por se tratar de pessoa analfabeta. 3. Em regra, nas circunstâncias em que o outorgante é analfabeto, exige-se que a constituição de representante se dê por meio de procuração pública, por trazer maior segurança. **No entanto, nota-se que a parte autora, além de analfabeta, é beneficiária da justiça gratuita, indicando que ela não tem condições de arcar com as custas processuais.** 4. **Não seria razoável exigir-se a procuração pública no caso dos autos, sob pena de ofensa ao princípio de Inafastabilidade da Jurisdição, devendo-se abrandar tal imposição.** 5. Se por um lado a exigência de instrumento público de procuração deva ser mitigada quando confrontada com o princípio do acesso à justiça, por outro se mostra plenamente admissível, visando resguardar os interesses da parte analfabeta, exigir que o instrumento de procuração acostado aos autos por seu advogado seja original e atualizado. 6. Recurso que se dá provimento". (TJ-PE - APL: 5113944 PE, Relator: Sílvio Neves Baptista Filho, Data de Julgamento: 10/10/2018, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 18/10/2018)

Por todo o exposto, **REQUER** a Vossa Excelência a compreensão da situação para que conceda os benefícios da justiça gratuita ao Autor conforme requerido na inicial, a fim de que seja oficiado o Cartório de Notas, para proceder com a Procuração Pública do Autor de forma gratuita, com consequente recebimento da inicial e prosseguimento ao feito.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Itaporanga/PB, 14 de Dezembro de 2018.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO

OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Itaporanga

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801366-06.2017.8.15.0211
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos *etc.*

Trata-se de ação proposta por **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, todos devidamente qualificados.

Determinada a regularização da representação por duas vezes, a parte não cumpriu com o determinado, preferindo oferecer escusas para não cumprir o comando judicial.

É o breve relatório. Decido.

Defiro a gratuidade de justiça (art. 98 do NCPC)

Dispõe o art. 76, §1º do CPC:

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

§ 1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor;

No caso, a decisão foi suficientemente clara ao exigir da parte o dever de regularizar a representação, anexando PROCURAÇÃO FIRMADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO.

Contudo, apesar de intimada em duas ocasiões, a parte autora não cumpriu o determinado, limitando-se a juntar petições que não atendiam ao comando judicial.

Nesse panorama, imperiosa é a decretação do indeferimento da peça proemial, posto que desatendidas as prescrições legais aplicáveis à espécie.

Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, resolvo o feito, **SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**.

Sem condenação em custas, vez que a autora é beneficiária da gratuidade de justiça.

Deixo de condenar em honorários, porquanto não angularizada a relação processual

Transitada esta em julgado, após as cautelas de estilo, arquivem-se os presentes autos.

Registrado eletronicamente. Publique-se. Intimem-se.

Itaporanga-PB, data e assinatura digitais.



1. Juiz(a) de Direito



Recurso de Apelação em anexo





AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que move contra a empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, já qualificada, seu procurador *infra-assinado, data máxima vênia*, não se conformando com a **r. Sentença id. 27683244**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **tempestivamente**, interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

com arrimo no art. 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil, para o **Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba - TJPB**, apelação esta, cujas razões seguem em anexo.

Ademais, é válido salientar que o Recorrente deixou de recolher as custas processuais (preparo) em razão de ser beneficiário da Justiça Gratuita, de acordo com art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c art. 98 do CPC, como se observa no **id. 27683244** dos autos.

Desta forma, requer a Vossa Excelência que digne-se em determinar a remessa dos autos, juntamente com o presente RECURSO, para superior instância, para que lá, sejam as razões em anexo devidamente apreciadas e **DATA MÁXIMA VÊNIA** absolutamente PROVIDAS.

NESTES TERMOS,

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

Itaporanga/PB, 13 de Maio de 2020.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO

OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





RAZÕES DE APELAÇÃO

PROCESSO Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

RECORRENTE (AUTOR): ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA

RECORRIDO (RÉU): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

JUÍZO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

**EGREGIO TRIBUNAL
COLEDA TURMA
DISTINTOS JULGADORES**

O Recorrente pretende pelo presente recurso, a *NULIDADE* da sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 1ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga/PB, a qual *indeferiu a inicial, extinguindo o feito sem resolução de mérito, sob fundamento da necessidade da procuração ser firmada por instrumento público, haja vista o Recorrente ser analfabeto, em afronta aos princípios da razoabilidade, inafastabilidade da jurisdição e acesso a justiça.*

Assim, a referida decisão deverá ser *anulada in totum*, por esse **Egrégio Tribunal**, e, acaso assim não entenda o Douto Julgador, deverá ser reformada, uma vez que está em desacordo com as normas legais vigentes, bem como com a jurisprudência pátria, pelo que passamos a expor os fundamentos do pedido.

1. DA SÍNTESE DA LIDE E DOS FUNDAMENTOS PARA ANULAÇÃO DA SENTENÇA.

Trata-se de **Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT**, proposta por **Antônio Agostinho de Sousa**, ora Recorrente, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, objetivando o pagamento complementar da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, em decorrência do acidente automobilístico, do qual fora vítima.

Inicialmente, ao receber a inicial o *juízo a quo determinou a emenda a inicial* para que fosse juntado aos autos *instrumento procuratório público*, uma vez que o *Recorrente trata-se de pessoa analfabeta (id. 9192787)*.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Nesse contexto, cumpre ressaltar que a parte Recorrente/Autora cumprindo a determinação contida no **despacho id. 9192787**, anexou aos autos **procuração a rogo (id. 10557034)**, devidamente assinada por duas testemunhas, **a fim de regularizar a representação processual**, nos termos do art. 595 do CC.

Ocorre, Douto Julgador, que mesmo após a juntada da procuração a rogo, devidamente assinada por duas testemunhas, o juízo a quo novamente determinou a juntada de instrumento procuratório público (id. 14936096).

Nesse sentido, o Recorrente peticionou (id. 18463711), **informando a impossibilidade de custear as despesas com a procuração pública**, haja vista tratar-se de **pessoa de poucos recursos**, além de que já havia anexado aos autos **procuração a rogo (id. 10557034)**.

No entanto, o Recorrente foi surpreendido com a **sentença de extinção do feito**, sob o fundamento do **não atendimento das determinações judiciais relacionadas a apresentação do instrumento procuratório público**, mesmo tendo juntado aos autos o **instrumento de procuração a rogo**, regularizando a representação processual.

Deste modo, resta caracterizado a afronta aos princípios da razoabilidade, inafastabilidade da jurisdição e acesso a justiça, razão pelas quais, é medida que se impõe ao caso, a **NULIDADE da r. sentença**.

Senão vejamos.

No caso, a ação foi extinta sem resolução de mérito, por ausência de regularização da representação processual.

Como exposto, a parte Recorrente/Autora cumprindo a determinação contida no **despacho id. 9192787**, anexou aos autos **procuração a rogo (id. 10557034)**, **devidamente assinada por duas testemunhas**, a fim de **regularizando a representação processual**, nos termos do art. 595 do CC, in verbis:

Art. 595. No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.

Desta forma, **revela-se contrária ao espírito da Lei**, a exigência que subordina o ajuizamento de ação por pessoa analfabeta à outorga de procuração pública, quando **existe instrumento particular assinado por duas testemunhas (id. 10557034)**, em conformidade com o **artigo 595 do CC** e em respeito aos **princípios da razoabilidade**, da **inafastabilidade da jurisdição** e ainda preserva a intenção de proteção ao analfabeto, e,

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





principalmente, do acesso à justiça.

Nesse sentido, é o entendimento desse **Egrégio Tribunal**, bem como, dos demais **Tribunais**, vejamos:

TJPB:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO PACTUADO. AUSENTE VICIO CONSENTIMENTO. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. IRRESIGNAÇÃO. PESSOA ANALFABETA. PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. ARTIGO 595 DO CC. AUSENTE ASSINATURA DE TESTEMUNHAS. NÃO CONHECIMENTO. No caso, tratando-se de pessoa não alfabetizada, deve vir junto aos autos, procuração com assinatura a rogo, subscrita por duas testemunhas. (...) (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00007558220148150311, - Não possui -, Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS , j. em 05-10-2017) (TJ-PB 00007558220148150311 PB, Relator: DES. LEANDRO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 05/10/2017) (Grifamos)

TJPE:

"DIREITO CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUTORA ANALFABETA. EXIGÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. 1. A questão deve ser analisada levando-se em conta a situação de miserabilidade jurídica da autora, ora apelante, vez que litiga sob o pálio da gratuidade da justiça, por ser pobre na acepção jurídica do termo. 2. É certo que a procuração pública, lavrada em cartório oficial, não é gratuita, de modo que demandaria pagamento por parte da apelante não alfabetizada, o que, no caso, oneraria o acesso dela à justiça. 3. Revela-se contrária ao espírito da Lei, a exigência que subordina o ajuizamento de ação por pessoa analfabeta à outorga de procuração pública, quando existe instrumento particular assinado por duas testemunhas e passível de ratificação. 4. Ademais, há possibilidade da representação processual ser sanada, também, através de audiência para ratificação do mandato, comparecendo a parte e o advogado perante o juízo; hipótese esta que respeita a Lei nº 1.060/50, o princípio da razoabilidade, da inafastabilidade da jurisdição e ainda preserva a intenção de proteção ao analfabeto". (TJ-PE - APL: 3846828 PE, Relator: Márcio Fernando de Aguiar Silva, Data de Julgamento: 11/06/2015, 1ª

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Câmara Regional de Caruaru - 2ª Turma, Data de Publicação:
14/07/2015) (Grifamos)

TJMA:

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PESSOA ANALFABETA. PROCURAÇÃO A ROGO. EXTINÇÃO PREMATURA DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 595 DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES. PROVIMENTO DO APELO. SENTENÇA ANULADA. PROSSEGUIMENTO DO FEITO. UNANIMIDADE. I - Ainda que a pessoa analfabeta tenha capacidade negocial reduzida, não há razoabilidade em se exigir daquela, procuração pública para ingressar em juízo, uma vez que a legislação prevê a forma menos onerosa e que deve ser aplicada por analogia ao caso concreto, conforme precedentes desta Câmara. II - Processo extinto prematuramente. III - Apelo provido à unanimidade". (TJ-MA - APL: 0259972015 MA 0000590-37.2014.8.10.0032, Relator: CLEONICE SILVA FREIRE, Data de Julgamento: 14/03/2016, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/03/2016)(Grifamos)

Assim, portanto, considerando que existe instrumento particular assinado por duas testemunhas (id. 10557034), em conformidade com o artigo 595 do CC e em respeito aos princípios da razoabilidade, da inafastabilidade da jurisdição e ainda preserva a intenção de proteção ao analfabeto e, principalmente, do acesso à justiça, é medida que se impõe ao caso a ANULAÇÃO DA R. SENTENÇA, no sentido de determinar o regular prosseguimento do feito.

2. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, **REQUER** o Recorrente, se digne o Douto Relator Julgador, com a acuidade e experiência que lhe é peculiar, em acolher as razões jurídicas constantes no presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, dando-lhe **PROVIMENTO**, para **ANULAR a r. sentença de primeiro grau**, no sentido de **dar prosseguimento do feito**, determinando a CITAÇÃO da recorrida, em observância aos princípios da razoabilidade, da inafastabilidade da jurisdição e proteção ao analfabeto, bem como do acesso à justiça;

É o que espera, por ser uma medida de inteira JUSTIÇA.





Itaporanga/PB, 13 de Maio de 2020.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



Assinado eletronicamente por: HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO - 13/05/2020 15:12:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20051315124151600000029417185>
Número do documento: 20051315124151600000029417185



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Itaporanga

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801366-06.2017.8.15.0211

DESPACHO

Vistos etc.

Interposto recurso de apelação pela parte e vindo os autos conclusos para fins de eventual juízo de retratação, nos termos do Art. 331 do CPC, mantenho a sentença recorrida com base em seus próprios fundamentos.

Cite-se a parte demandada para responder ao recurso interposto no prazo de 15 dias, conforme o Art. 331, §1º, do NCPC.

Após as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao Egrégio TJPB (art. 1.010, §3º, do NCPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (art. 932 do NCPC).

Itaporanga, data e assinatura digitais.

Juiz(a) de Direito



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB

PROCESSO: 08013660620178150211

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **12/12/2014**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **19/02/2015**.

Cumprido esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular³, mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³"Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Ilegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviços ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeto, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em juízo (CC, art. 654). Arnaldo Rizzardo assevera que o analfabeto, "por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o que torna impossível comprovar lhe pertençam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível" (op. cit. 687). Arnaldo Wald enuncia que "O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público." (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: "O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome." (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102)."



Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal⁴.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

⁴Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº [\[2009.001.20283\]](#), 10ª Câmara Civil, Julgamento: 30/06/2009. "Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inércia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece."



DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DA AUSÊNCIA DE ASSINATURA NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA.

Ocorre que, em detida análise do Boletim de Ocorrência verifica-se que não há qualquer assinatura do notificante.

Portanto, para que não pairasse qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁵.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

⁵“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DA PROVA PERICIAL PARTICULAR – PROVA UNILATERAL

Conforme se verifica nos autos, o laudo particular colacionado pela parte autora não fornece todos os detalhes acerca da lesão sofridas pela mesma, informações estas extremamente necessárias para o deslinde da demanda.

Não restam dúvidas que a apuração do grau de invalidez da vítima seria mais especificada, se fosse realizada pelo IML ou por peritos judiciais, por se tratarem de profissionais que possuem experiência a capacitação para realização de tais perícias.

Corroborando com esse entendimento, temos os seguintes julgados:

“RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO DPVAT – AUSÊNCIA DE LAUDO OFICIAL – RELATÓRIO PRODUZIDO POR MÉDICO PARTICULAR – DOCUMENTO UNILATERAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO PROVIDO.

Se a petição inicial foi instruída com laudo técnico firmado por médico particular, é imperiosa a cassação da sentença para que os autos retornem ao Juízo de origem e seja produzida nova prova, uma vez que a perícia oficial é o único meio capaz de comprovar a existência da alegada invalidez permanente. (Ap 35998/2013, DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TJ MT. Julgado em 12/02/2014, Publicado no DJE 21/02/2014).”

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



“AÇÃO DE COBRANÇA – DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO PAGA E AQUELA EFETIVAMENTE DEVIDA – INCAPACIDADE PARCIAL – GRAU – PROVA PERICIAL MÉDICA

1 - De acordo com o enunciado da Súmula nº 474 do C. Superior de Justiça, “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez;” 2 - Para apuração do grau de incapacidade e, consequentemente, do valor da indenização, imprescindível a realização de perícia médica, sendo que apenas a juntada de laudo médico particular não supre tal necessidade. Sentença que deve ser anulada para que seja determinada a realização de perícia médica. RECURSO PROVIDO. Sentença anulada. (TJ-SP, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, data de julgamento: 10/06/2015, 30ª Câmara Cível de Direito Privado).”

Desta forma, a utilização da prova pericial particular não deve ser levada em consideração por V. Exa., uma vez que a parte ré não esteve presente, através de seu assistente técnico no momento da referida avaliação, sendo certo que a utilização da mesma caracterizaria o cerceamento de defesa, devendo a demanda ser julgada improcedente, com base nas fundamentações expostas.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ITAPORANGA, 29 de junho de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, em curso perante a - **VARA MISTA** da comarca de **ITAPORANGA**, nos autos do Processo nº 08013660620178150211.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3150206895 **Cidade:** Itaporanga **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA **Data do acidente:** 12/12/2014 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: A vítima sofreu ferimento no pé direito e fratura no pé esquerdo

Descrição do exame médico pericial: Edema e cicatriz de cirurgia no dorso do pé direito, sem seqüela motora. Tem dor, edema e limitação do tornozelo e pé esquerdo.

Resultados terapêuticos: Foi feita limpeza cirúrgica com retirada de corpo estranho no pé direito e bota gessada por 52 dias no pé esquerdo.

Seqüelas permanentes: NÃO APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PÉ DIREITO
APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PÉ ESQUERDO

Seqüelas: Com seqüela

Data da perícia: 27/03/2015

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: JOAO MEREZ BANDEIRA DE SOUSA

CRM do médico: 5401

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos pés	50 %	Em grau leve - 25 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: FABIO S SELERI FERNANDES

CRM do médico: 52.63021-7

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



Rio de Janeiro, 19 de Março de 2015

Carta nº: 6574737

A/C: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Sinistro: 3150206895
Vítima: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA
Data Acidente: 12/12/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00439/00440 - carta_02



Rio de Janeiro, 09 de Abril de 2015

Carta nº: 6737877

A/C: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Sinistro: 3150206895
Vitima: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA
Data Acidente: 12/12/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 237

Agência: 000005778-9

Conta: 000001928-3

Tipo: CONTA CORRENTE

Memória de Cálculo:

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 50%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =

R\$ 1.687,50

Multa:

R\$ 0,00

Juros:

R\$ 0,00

Total creditado:

R\$ 1.687,50

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00615/00616 - carta_15R



Rio de Janeiro, 10 de Março de 2015

Carta nº: 6496709

A/C: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Sinistro: 3150206895
Vitima: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA
Data Acidente: 12/12/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.dpvatsegurodotransito.com.br, ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.dpvatsegurodotransito.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à MBM SEGURADORA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01695/01696 - carta_01



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 3150206895 - 1
Nome do(a) Examinado(a): ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA
Endereço do(a) Examinado(a): RUA MAE BURREGA nº S/N - CENTRO - ITAPORANGA/PB
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 1603018-2 - SSP
Data local do exame: 27/03/2015 POMBAL/PB

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

A vítima sofreu ferimento no pé direito e fratura no pé esquerdo

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

Foi feita limpeza cirúrgica com retirada de corpo estranho no pé direito e bota gessada por 52 dias no pé esquerdo.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Edema e cicatriz de cirurgia no dorso do pé direito, sem sequela motora. Tem dor, edema e limitação do tornozelo e pé esquerdo.

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

pé direito

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

pé esquerdo

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

PB - POMBAL, 27/03/2015

Médico Perito: JOAO MEREZ BANDEIRA DE SOUSA CRM: 5401


João Merez B. de Sousa
CRM - 5401-PB

Assinatura do perito Examinador - CRM



BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA: 07/04/2015

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

BANCO: 237

AGÊNCIA: 05778-9

CONTA: 000000001928-3

Nr. Autenticação

BRADESCO0704201505000000000023705778000000001928168750 PAGO



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3150206895 **Cidade:** Itaporanga **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA **Data do acidente:** 12/12/2014 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/03/2015

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: FRATURA DO PE/FERIMENTO EM PE DIREITO

Resultados terapêuticos: A ESCLARECER

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: PERICIA PARA MELHOR AVALIAÇÃO

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

Visão Médica Ltda

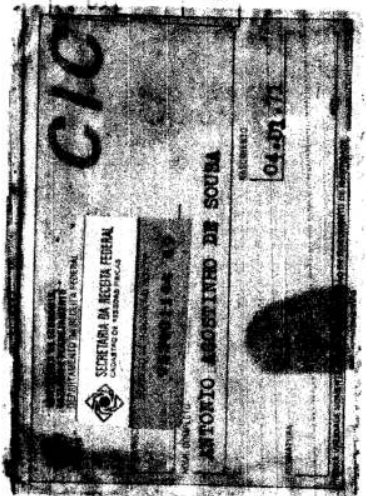
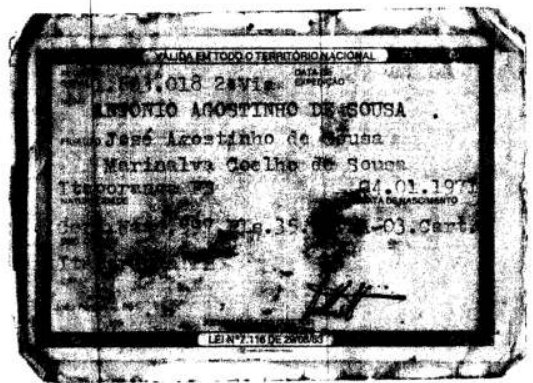
Nome do médico: JULIANA WANIS

CRM do médico: 52.88043-4

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:





Seguro
DPVAT

O MBM está ao seu lado
para garantir este direito.



AVISO DE SINISTRO DPVAT

Tipo de Sinistro - Morte () Invalidez ☒ DAMS () - Seguradora : MBM - 6084

Valor da Indenização - RS: _____

Vítima : Antonio Agostinho de Sousa Nascimento / /

CPF: /

Reclamante - Vítima () Beneficiário () Procurador ()

Beneficiário: _____ CPF/CGC: _____ / _____

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

TEL: ()

Procurador: _____ CPF/CGC: _____ / _____

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

TEL: ()

Dados da Ocorrência

Data do Sinistro /Fato: / /

Data do Boletim /Registro: / /

Estado da ocorrência:

Veíc. Identificado
() sim () não

Placa

Tipo de Veículo

Vítima:

1 - Transportado ()

2 - Não transportado ()

3 - Motorista ☒

Complemento de Processo () Envio de Processo Novo ()

Número do Processo:

PB
Local / Data

[Assinatura]
Assinatura

mbm

Seguro de Pessoas





Seguradora Líder - DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS

ID

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Antônio Agostinho da Silva
DATA DO ACIDENTE 12/12/2014 CPF DA VÍTIMA 953.401.144-49
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO _____
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DA VÍTIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É _____
ENDEREÇO DO PORTADOR _____
Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____
CIDADE _____ UF _____ CEP _____
E-MAIL _____ TELEFONE (____) _____

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- (X) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
(X) CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
(X) CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
(X) NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
(X) BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
(X) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
(X) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL), OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
() CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
() NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
() AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
() COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
- MORTE = R\$ 13.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
 - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA _____
IDENTIDADE _____
ASSINATURA Alan

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA _____
NOME _____
ASSINATURA Alan



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 02/07/2020 11:50:46

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070211504594500000030670206>

Número do documento: 20070211504594500000030670206

Num. 31996648 - Pág. 10



HOSPITAL REGIONAL DE PATOS JANDUHY CARNEIRO

RUA HORACIO NOBREGA, S/N

PATOS

PARAIBA

(83)3423-2741



Prontuario: 19157

Data/Hora 12/12/2014 14:10:15

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO

Servidor do Dr.:

Paciente ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Idade: 43 Sexo M

Filiação

Pai: JOSE AGOSTINO DE SOUSA

Mãe: MARINALVA COELHO DE SOUSA

Endereço

Cidade: ITAPORANGA - PB - 58780-000 - 2507002

Endereço: MAE BURREGO

Bairro: CENTRO

Naturalidade: ITAPORANGA - PB

Fone: (83)9967-2317

N.: 206

Documentos

CNS: 209-9542-6052-0006

Identidade:

CPF:

Reg. Nasç.:

Informações adicionais

Nascimento: 4/1/1971

Cor: PARDA

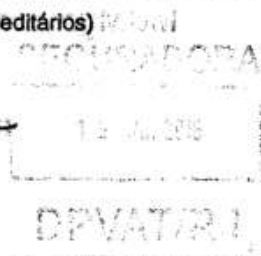
Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: AGRICULTOR(A)

Responsável:

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

*7/17 no limbo da natureza
em si @*



EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

7/17, fêmur do antebraço do @

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

7/17: Fratura do @

Fratura do @

Diagnóstico:

Motivo da Alta:

Recepcionista: Ingrid





Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Cosmo Soares Pereira,
RG nº 2252065, data de expedição 08/01/96, Órgão SSP/PB, portador
do CPF nº 02599194466, com domicílio na cidade de Itaporanga,
no Estado de Paraíba, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) Rua
João Rufino, nº 73, complemento Casa,
declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na
data do acidente ocorrido com a vítima Antônio Agostinho de Sousa.

Veículo : motocicleta
Ano : 2014/2015
Modelo : Yamaha / YBB 125 FACTOR K1
Placa : QFF 4918/PB
Chassi : 9CGKC1950F0033526
Data do Acidente : 12/12/14.

Local e Data: Patos/PB, 19/ Fevereiro / 2015.

x Cosmo Soares Pereira
Assinatura do Declarante

OBS: Reconhecer firma da assinatura do declarante

Reconheço a firma por autenticidade de COSMO
SOARES PEREIRA.

Itaporanga-PB, 12 de fevereiro de 2015.

Em test. Maria Rodrigues Custodio da verdade.

Selo Digital - ABA40848 P/AOF
Consulte a autenticidade em <https://celedigital.tjpb.jus.br>





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Antônio Agostinho de Sousa

RG nº 1.603.018-29 data de expedição 1/1/ Órgão SSP/PB

CPF nº 953.401.144-49, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Mãe Burrega</u>
Número	<u>206</u>
Apto / Complemento	<u>Casa</u>
Bairro	<u>centro</u>
Cidade	<u>Itaporanga</u>
Estado	<u>Paraíba</u>
CEP	<u>58.780-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 87341386/87616835/99471520/96978811</u>
E-mail	<u>sertae.assessoria@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Patos/PB, 19/02/2015.

Assinatura do Declarante: Edilson Rodrigues dos Santos



BELMIRO AGOSTINHO DE SOUSA
RUA MAE BURETTE - CENTRO
ITAPORANGA/PA - CEP: 66700000 (AG 154)

Classificação: RESIDENCIAL (SERVICO DE ENERGIA ELÉTRICA)
Roteiro: 1 - 154 - 10 - 7380 Referência: Nov/2014
Nº medidor: 00008214224 Emissão: 04/11/2014

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
B-230 Am25 - Caixa Postal - João Pessoa/PB - CEP 58071-690
CNPJ 09.055.162/0001-40 Ins. Est. 16.015.023-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº000.007.349
Código para Débito Automático: 0000070087

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

7540 2355 3536 7040 9446 0349 1000 0002

Conta referente a **CDC (Código do Consumidor): 5/27058-7**

Nov / 2014

Canal de contato

Apresentação

04/11/2014

Data prevista da
próxima leitura

03/12/2014

CPF/ CNPJ/ RARF

400904887

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura
03/10/14	5361	04/11/14	5485
		1	114
		1	32

Descrição	Demonstrativo	Preço	Valor (R\$)
	Quantidade		
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,12074	3,60
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70	0,21726	15,20
Consumo - 101 a 220 kWh-BR	14	0,32569	4,56

IMPOSTOS E ENCARGOS	
PIS	0,00
COFINS	2,90
CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA	7,08
ICMS (Base de Cálculo R\$ 82,08) Alíquota 27,00%	16,76

Histórico de Consumo
(kWh)

Out/14	112
Set/14	101
Ago/14	85
Jul/14	81
Jun/14	88
Mai/14	100
Abr/14	110
Mar/14	108
Fev/14	129
Jan/14	104
Dez/13	113
Nov/13	52

Média dos últimos meses
90 kWh

VENCIMENTO
11/11/2014

TOTAL A PAGAR
R\$ 50,80

Indicadores de Qualidade

8/2014 - Supercarga

	Limite da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	9,80	0,00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	18,81	0,00	220
DIC ANUAL	31,87	0,00	CONTRATADA
FC MENSAL	2,00	0,00	20%
FC TRIMESTRAL	7,65	0,00	23%
FC ANUAL	15,70	0,00	LIMITE SUPERIOR
TAAT	4,05		
DICR	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Remuneração do Uso do Sistema de Distribuição	9,80	19,30
Preço de Transmissão	12,08	23,74
Encargos Setoriais	0,81	1,59
Impostos (ICMS) e Encargos	27,24	53,62
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	50,00	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(Art. 6º da Lei nº 4.767/64)

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Bem Renda, tendo um desconto de R\$ 18,37



DECLARAÇÃO
Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT. contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Edilson Rodrigues dos Santos portador(a) do

RG nº 5.652.161, expedido por SSPIPE, em

30/10/1996, CPF/CNPJ nº 039.247.064-09,

na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário (a) Antônio Agostinho de Sousa do sinistro de DPVAT da natureza Invalidez da vítima Antônio Agostinho de Sousa, e conforme determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: Agricultor Renda Mensal: R\$ 300,00

Documentos comprobatórios: RG e CPF

Edilson Rodrigues dos Santos
ASSINATURA PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO





CARTÓRIO JOSÉ BARROS SOBRINHO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

1º OFÍCIO DE NOTAS

TITULAR ALBERTO BARROS DA SILVA

AV. GETÚLIO VARGAS, 38 - ITAPORANGA - PB

CNPJ 09.288.150/0001-17 - FONE (83) 451.2497

Selo Digital - AAX56748-Z9DG
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

CARTÓRIO JOSÉ BARROS SOBRINHO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
1º OFÍCIO DE NOTAS
Titular: Alberto Barros da Silva
CNPJ 09.288.150/0001-17
Av. Getúlio Vargas, 38 - Itaporanga-PB
CEP 58.100-000 - Fone: (83) 451.2497

LIVRO:83 FOLHAS: 097

TRASLADO 1

Procuração bastante que em minhas notas faz (em) **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, como abaixo se declara(m).

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que aos cinco (05) dias do mês de **fevereiro** do ano de **dois mil e quinze (2015)** nesta cidade de Itaporanga, Estado da Paraíba, no meu cartório perante mim **Tabelião**, compareceu (m) como outorgante o (a) Sr. (a) , **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº. 1.603.018 2ª VIA SSP/PB, CPF nº. 953.401.144-49, residente e domiciliada no sítio Genipapo, deste município de Itaporanga PB. Pessoa reconhecido (a) por mim **Tabelião**, do que dou fê, e por este instrumento e na melhor forma de direito nomeio e constituo seu bastante procurador(a) **EDILSON RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 039.247.064-09. RG nº. 5652161 SSP/PB, residente na rua Manoel Pereira Caiana s/n, Itaporanga PB a quem concedeu amplos e gerais poderes para em nome do outorgante, acima qualificado assinar documentação necessária, requerer e receber o seguro DPVAT por acidente a que tem direito, junto a qualquer seguradora pertencente ao consórcio DPVAT administrado pela Seguradora, em razão do acidente, bem como assinar, quitar, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais, federais, ou órgãos privados além de transigir, depositar, tendo também poderes específicos para assinar qualquer documento em nome do próprio, bem como fornecer dados para crédito de indenização de sinistro DPVAT, assinar e receber a ordem de pagamento em nome do outorgante, junto à rede Bancária, conferindo-lhe ainda, os poderes especiais para o preenchimento e assinatura do formulário, de autorização de pagamento/crédito de indenização de sinistro DPVAT, promover, apresentar, juntar e retirar documentos, concordar, discordar, transigir, representá-lo perante quaisquer estabelecimento bancário que se tornem necessário, abrir e movimentar conta, receber respectivo seguro, além do fim especial de representar o outorgante, perante qualquer seguradora que tenha convenio com o DPVAT, para recebimento do seguro obrigatório, receber ordens de pagamento ou cheques, referente ao benefício, assinar autorização de crédito, saques, recibos, ordens, autorizar cobrança, receber, passar recibos e dar quitação, solicitar saldo e extratos, dar e receber quitação, praticar em fim todo e qualquer, ato necessário, mesmo que aqui não expressamente nomeados, o que dará por



bom, firme e valioso, inclusive substabelecer. Assim o disse do que dou fê, e me pediu que lavrasse este instrumento, que lido e aceito vai devidamente assinado por mim Tabelião que esta escrevi e assino. Emolumento deste de acordo com a lei 5672 de 117.11.92. Itaporanga, 05 de fevereiro de 2015. Em testº MRODRIGUES que uso. Eu Maria Rodrigues Custódio - Tabeliã.(a) José de Araújo Lima, a rogo do outorgante. Está conforme o original > dou fê. Emolumentos: R\$ 35,26 FE PJ R\$ 1,58 FARPEN R\$ 3,72

Itaporanga, 05 de janeiro de 2015

Em Testº *MRODRIGUES*.....da verdade

Maria Rodrigues Custódio.....

Maria Rodrigues Custódio

Tabeliã substituta

José de Araújo Lima

CARTORIO JOSÉ BARROS SOBRINHO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
1º OFÍCIO DE NOTAS

Titular: Alberto Barros da Silva

CNPJ 08.288.150/0001-11

Av. Getúlio Vargas, 38 - Itaporanga-PB
CEP 52020-000 Fone: (35) 3241-7197



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDEZ EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
573984566

FABRIL DO PLASTIFICAR
573984566

NOME
EDILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
5653161 SSP PE

CPF
039.247.064-09

DATA NASCIMENTO
13/04/1978

FLUXÃO
ADELSON DOS SANTOS

ODETE RODRIGUES DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.

Nº REGISTRO
DATA REGISTRO
VALIDADE
DATA VALIDADE
HABILITAÇÃO
14/06/2007

OBSERVAÇÕES
sem observações

Assinatura do Portador

LOCAL
SERRA TALHADA - PE

DATA EMISSÃO
23/05/2012

Assinatura do Emisor

83481983779
00047135977

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, Antônio Agostinho de Sousa, portador da carteira de identidade nº 1.603.018-2ª via inscrito no CPF/MF sob o nº 953.401.144-49, residente e domiciliado na Rua Mãe Burega - 206, Cidade Itaperanga, Estado Paraná, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

x Edilson Rodrigues da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Itaperanga, 19/fevereiro/2015.

Local e data



SUSE  **ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA**

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2341204 CGC/CPF: 08.778.268.0018/09

NOME: HOSPITAL DISTRITAL DE ITAPORANGA

END.: RUA OSWALDO CRUZ, 183

MUNICÍPIO: ITAPORANGA ESTADO: PARAIBA UF: 25

Nome: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA Raça/Cor: PRETA

Dt. Nasc: 04/01/1971 Idade: 43 ano(s) mês(es) de idade dia(as) de idade Sexo: M

Profissão: AGRICULTOR(A) Documento: Nº: 206

Endereço: RUA MAE BORREGO

Bairro:

Município/CEP/BGE: ITAPORANGA - PB - 58780000 - 250700

Telefone de Contato: (83) 3451-3371 CNS: 209954260520006 NUM.CADASTRO: 109992

Data e Hora: 12/12/2014 08:22:40

SSVV

PESO: ALTURA: TEMP.:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

paciente com sintomas de dor no peito e dor no abdômen

corrente de pulso normal

ausculta de pulmão

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

CARÁTER DO ATENDIMENTO

☐ 02 - URGÊNCIA

☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO - descrição:

medicação e exame

DIAGNÓSTICO:

doença de dor no peito e dor no abdômen

CID-10:

MEDICAÇÃO:

☐ 1. PRESCRITA

☐ 2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

☐ OBSERVAÇÃO

☐ OUTRO HOSPITAL

☐ RESIDÊNCIA

☐ OITO

☐ INTERNAÇÃO

☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1 -

2 -

3 -

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S):

CNS **CBO** **CRM**

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL **OU PEGUEIRO DIREITO**

ASS. DO REVISOR TÉCNICO **ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO**

CARIMBO **CARIMBO**

HDI



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Nº 154 / 2015

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Acidente de Trânsito

DATA DO FATO: 12 / Dezembro / 2014

HORAS: 8hs

Sob a responsabilidade do Del. Pol: Cristiano dos Santos Santana

Notificante / vítima:

ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA, natural de Itaperanga-PB, Solteiro, Agricultor, nascido no dia 04.01.71, filho de José Agostinho de Sousa e Marinalva Coelho de Sousa, RG 1.603.018/PB e CPF 953.401.144-49, residente na Rua Mãe Burrego nº.206 centro de Itaperanga/PB.

HISTÓRICO DO FATO

O (a) notificante, após cientificado (a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o **SEGUINTE**: Que no dia 12/12/2014, por volta das 8hs da manhã, ia saindo do Posto de Gasolina 'JAMACI', centro de Itaperanga/PB, pilotando a motocicleta YAMAHA/YBR125 FACTOR KI, COR PRETA ANO DE FAB.2014/2015, PLACA QFF4918/PB e CHASSI Nº.9C6KE1950F0033526, licenciada em nome de COSMO SOARES PEREIRA e ao tentar desviar de outra moto perdeu o controle e caiu ao solo, sendo socorrido por amigos para o Hospital Distrital de Itaperanga-PB.



Itaperanga, 19 / Fevereiro / 2015



Testemunha Arrogada

Francisco Silva Rodrigues
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 60.265-5





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO



CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

EU, Venturino Agostinho de Sousa

PORTADOR(A) DO RG N° 3.603.018.

EXPEDIDO POR SSP/PR

EM / / E

CPF 953901144-44 / CNPJ

PROFISSÃO: Arquiteto

E RENDA MENSAL DE R\$ 202,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO

SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Antonio Agostinho de Souza, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos podem aparecer termos: - SALÁRIO, FUNCIONAL, INSS, BOLSA FAMÍLIA, BOLSA ESCOLA, PREVIDÊNCIA SOCIAL ou AGRICULTURA FAMILIAR.
- Conta Empresarial – conta pessoal cadastrada em um CNPJ - nos documentos podem aparecer termos: CNPJ, ME, MEI, EPP, COMER ou LTDA normalmente ao final do nome do titular.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL e/ou com limite de movimentação financeira mensal;
- Qualquer conta da CEF se não for apresentado algum documento do banco indicando que não existem quaisquer impedimentos para fins de depósito de indenização de DPVAT,
 - Para este banco (CEF), a conta corrente pode ser identificada com cópia simples rasurada de folha de cheque como comprovante de dados bancários do titular.
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta;
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Conta não pertencente à vítima/beneficiário.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

Os meios possíveis para identificar/verificar a documentação recebida na fase de regulação do sinistro DPVAT é responsabilidade do agente regulador (seguradora ou reguladora).

Os bancos BRADESCO, ITAU e SANTANDER disponibilizam, em consulta simples no site, informações sobre a titularidade da conta, se conta empresa e/ou salário ou ainda inexistência da mesma.

Os bancos BRADESCO e ITAÚ têm acordo junto à Seguradora Líder-DPVAT para abertura de conta POUPANÇA para fins de DPVAT sem ônus para o requerente. Carta de abertura disponível no endereço eletrônico: www.dpvatsegurodotransito.com.br

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 237 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 5778-9 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 0001928-3

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

05/10 de Fevereiro de 2015 Edilson Rodrigues dos Santos

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de **até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente** (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de **até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares**.







Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Nome fantasia

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Mostrar Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC9943DA9D4



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
XXXX	XXXX	XXXX	XX
XXXX	XXXX	XXXX	XX
XXXX	XXXX	XXXX	XX
XXXX	XXXX	XXXX	XX

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pág. 2/13



JUCERJA
Assinado Eletronicamente



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 02/07/2020 11:50:46

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007021150462940000030670208>

Número do documento: 2007021150462940000030670208

Num. 31996950 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

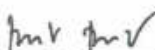
ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

10/11



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO JUNTADOS NA CONTESTAÇÃO



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB

PROCESSO: 08013660620178150211

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,
Pede Juntada.

ITAPORANGA, 6 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA

OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES

15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/07/2020 15:38:24
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070815382214000000030822542>
Número do documento: 20070815382214000000030822542

PROCESSO ORIGINÁRIO DO - VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA / PB

Processo n.º 08013660620178150211

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar extinto sem resolução do mérito o pedido do apelante.

Data máxima vênia, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular^[3], mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é evada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal^[4].

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Apelante recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.



É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Apelante deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Apelante poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Frisa-se que a parte Apelante não trouxe aos autos qualquer documento hábil a ilidir o pagamento administrativo, de modo a oportunizar o pagamento de saldo remanescente.

Desta forma, certo é que a Apelada limitou-se a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela beneficiária legal, efetuou de pronto o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, correspondente à monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ITAPORANGA, 6 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, em curso perante a - **VARA MISTA** da comarca de **ITAPORANGA**, nos autos do Processo nº 08013660620178150211.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/07/2020 15:38:24
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070815382214000000030822542>
Número do documento: 20070815382214000000030822542



**Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Distribuição**

APELAÇÃO CÍVEL (198) 0801366-06.2017.8.15.0211

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de **POSSÍVEL PREVENÇÃO** destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder (***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), **NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO** com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 14 de setembro de 2020.

Dimas Junho de Araújo Lucena
Gerência de Distribuição





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Processo nº: 0801366-06.2017.8.15.0211

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos etc.

— Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo a apelação cível em seus efeitos legais.

— Remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça.

Após, conclusos.

Cumpra-se.

João Pessoa, 21 de setembro de 2020.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
Relator







ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª Câmara Cível
Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

VISTA

Nesta data, em cumprimento ao despacho retro, abro VISTA dos autos ao Ministério Público estadual.

João Pessoa, 21 de setembro de 2020.

LICIA ISIS DUARTE DE OLIVEIRA
Analista Judiciário



Segue parecer em 04 (quatro) laudas.





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA DE JUSTIÇA
Gabinete do 16º Procurador

PROCESSO Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

RECURSO: Apelação Cível

APELANTE: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ORIGEM: Comarca de Itaporanga - 1ª Vara Mista

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Cível - TJPB

RELATOR: DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES

PARECER

01. Cuida-se de **APELAÇÃO CÍVEL** em face de sentença exarada na 1ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga (Id. 7839864), numa "**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**" ajuizada por **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA** contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, a qual **extinguiu** o processo, sem resolução do mérito, por entender que a parte descumpria comando judicial no sentido de regularizar o defeito de representação observado nos autos.

02. Inconformada, a parte autora aviou o presente apelo (Id. 7839917) defendendo, basicamente, que tratando-se o autor de pessoa de recursos financeiros limitados, incorrera em equívoco a nobre Magistrada sentenciante ao não vislumbrar que a apresentação de instrumento procuratório a rogo supriria satisfatoriamente as determinações do juízo. Postula, ao cabo, a reforma do julgado, no sentido de que seja retomada a marcha processual.

03. Após a devida intimação, a seguradora apelada ofertou contrarrazões, Id. 7839921, rebatendo os termos do apelo e postulando seu total desprovemento.

04. Nesta instância, os autos vieram ao Ministério Público, cuja atuação com manifestação meritória dimana do interesse social reflexo contido na lide.

Relato necessário.

Opino.

05. O apelo merece ser provido.



06. Bem examinados os autos, em especial, por se tratar de cidadão humilde, não alfabetizado, **detentor do benefício da gratuidade judiciária** tenha-se que, de fato, a exigência de procuração pública merece ser mitigada, acolhendo-se o disposto no *caput* do art. 595 do CC/02.

Art. 595. No contrato de prestação de serviço, quando **qualquer das partes não souber ler, nem escrever**, o instrumento **poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas**. (destaques de agora)

Desse modo, inicialmente observado o vício de representação, instado o autor a regularizá-lo, aquele informou o juízo acerca da sua incapacidade financeira em arcar com o custo de confecção do instrumento público, pelo que apresentou o documento particular assinado a rogo subscrito por duas testemunhas nos moldes da legislação civil vigente, Id. 7839859.

Portanto, negar validade ao documento apresentado e em consequência considerar descumprida a determinação de regularização da representação processual, simplesmente, implicaria em negligenciar a vigência da própria letra da lei, assim como criar, *data maxima venia*, inaceitável obstáculo ao sagrado princípio do amplo acesso à justiça, insculpido no art. 5º, LXXIV da CF.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...].

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; (grifo e destaque nosso)

07. Neste particular, a título de ilustração, observe-se como se posicionaram os nossos Tribunais alhures:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DE INDENIZAÇÃO. **PROCURAÇÃO PARTICULAR. ANALFABETO. ASSINATURA A ROGO E COM DUAS TESTEMUNHAS. VALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.** 1. A sentença julgou extinto o processo, sem exame do mérito, por ausência de pressuposto processual. Entendeu que a procuração de fls. 22 não pode ser aceita, tendo em vista que, tratando-se a autora de pessoa analfabeta, a procuração deveria ser pública. 2. A representação em juízo é pressuposto processual, tendo em vista que a capacidade postulatória, nas demandas em geral, é conferida apenas ao advogado, com algumas exceções legalmente previstas. Depreende-se que a procuração para o causídico pode ser pública ou particular, não exigindo a Lei uma modalidade específica. 3. A jurisprudência deste Sodalício, que vem se solidificando exatamente com a apreciação de casos semelhantes ao presente, de demandas discutindo empréstimos consignados realizados por aposentados em diversos municípios do Estado do Ceará, é no sentido de que, sendo a parte promovente analfabeta, não se impõe que a procuração outorgada ao advogado seja pública, posto que o art. 595 do Código Civil, que trata do contrato de prestação de serviço, exige somente que o



instrumento seja assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas, exatamente o que ocorreu no presente caso. 4. Deve-se registrar, ainda, que a autora é hipossuficiente, o que enseja a aplicação do previsto no art. 16 da Lei nº 1050/60. Assim, se a Lei permite a regularização do instrumento de mandato em audiência quando a parte for beneficiária da justiça gratuita, a extinção do processo, sem exame do mérito, por defeito de representação, é excesso de rigor formal. Precedentes desta Corte. 5. Recurso conhecido e provido. Sentença anulada para determinar o retorno dos autos ao juízo de origem para que o processo siga seu trâmite regular. (TJCE; APL 0000233-66.2015.8.06.0183; Quarta Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Raimundo Nonato Silva Santos; Julg. 31/07/2018; **DJCE 03/08/2018**; Pág. 39).

APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEITADA. **DESNECESSIDADE DE PROCURAÇÃO PÚBLICA PARA ADVOGADO DE ANALFABETO. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.** REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PARA A CONFIRMAÇÃO DA OUTORGA DE PODERES AO PROCURADOR CONSTITUÍDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A Lei nº 1.060/50, que regulava a Assistência Judiciária Gratuita à época da interposição do recurso determinava:/Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família/e/§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta Lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais/. 2. **Deferida a gratuidade de justiça, com vista a garantir o acesso ao judiciário.** 3. Alegação de ausência de fundamentação na sentença de piso, pela falta de clareza em determinar qual documento indispensável à propositura da ação não estaria nos autos. 4. Nesse teor, convém aclarar, ainda, que, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o julgador não está obrigado a enfrentar todas as questões suscitadas pelas partes, mormente quando os argumentos trazidos não forem capazes de modificar a conclusão do julgamento. O mesmo entendimento foi cancelado no Art. 489, §1º, IV, do CPC/2015. 5. O contrato firmado entre advogado e cliente é da espécie de prestação de serviços do tipo advocatícios para a defesa dos interesses do contratante. Assim, necessário destacar o que determina o art. 595 do Código Civil, que regulamenta os contratos de prestação de serviço firmados com analfabetos:/No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas/. 6. Dessa forma, fica evidenciado que a procuração outorgada a advogado, que é sucedâneo do contrato de prestação de serviços advocatícios, outorgada por pessoa analfabeta pode ser feita por instrumento particular desde que cumpridos os requisitos retromencionados, quais sejam: a assinatura a rogo e a subscrição de duas testemunhas. 7. Ademais, o ordenamento jurídico tende à maior proteção do hipossuficiente, caso do analfabeto, pelo que seria desproporcional a exigência de forma mais onerosa que viesse a dificultar seu ingresso em juízo e a consequente proteção de seus direitos. 8. **Assim, evidente a desnecessidade de apresentação de procuração pública para que advogados de analfabetos ingressem com ações judiciais em nome destes, em respeito ao princípio constitucional da inafastabilidade de jurisdição. Nesse mesmo sentido, entendeu o CNJ em decisão proferida em Procedimento de Controle Administrativo.** 9. Ademais, em consonância com a ideia de proteção ao analfabeto, quando não presentes os requisitos dispostos no art. 595 no instrumento de procuração firmado, como é o caso dos autos, ainda há a possibilidade de que a parte autora confirme



em audiência os direitos outorgados ao advogado, conforme dispõe o art. 16 da Lei nº 1.060/50. 10. Dessa forma, sanável o vício da representação pela confirmação em audiência da outorga de poderes ao procurador constituído nos autos. 11. Retorno dos autos ao juízo de origem, com o prosseguimento da ação judicial e determinação de realização de audiência, para a confirmação da outorga de poderes ao procurador constituído nos autos, e demais providências que o juízo de piso considere cabíveis para instrução e julgamento do feito. 12. Apelação Cível conhecida e provida. (TJPI; AC 2015.0001.000846-4; Terceira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho; **DJPI 21/05/2018**; Pág. 71).

09. Diante dessa conjuntura, em sendo desnecessárias maiores digressões, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL por sua Procuradoria de Justiça, opina pelo **provimento do recurso apelatório**, para que seja considerado válido o instrumento de procuração particular constante dos autos (Id. 7839859); Assim, retornando os autos a origem, seja devidamente retomada a marcha processual.

É o parecer.

João pessoa, data do registro eletrônico.

FRANCISCO PAULA FERREIRA LAVOR
Promotor de Justiça Convocado





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Processo nº: 0801366-06.2017.8.15.0211

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A REPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Vistos, etc.

Tendo em vista o que dispõe o art. 485, §7º do CPC^[1], retornem os autos à Comarca de origem, a fim de que o magistrado *a quo* exerça ou não o juízo de retratação.

Cumpra-se.

João Pessoa, 4 de dezembro de 2020.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
Relator



[1]

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

I - indeferir a petição inicial;

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

VIII - homologar a desistência da ação;

IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e

X - nos demais casos prescritos neste Código.

§7º Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Itaporanga

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801366-06.2017.8.15.0211

DESPACHO

Vistos, etc.

O TJPB determinou a remessa dos autos a esta Vara, a fim de que fosse exercido ou não o juízo de retratação.

Acontece que este juízo já se manifestou acerca de eventual retratação, conforme despacho de ID 31780811, nos termos do Art. 331, §1º e art. 485, §7º, ambos do CPC.

Destarte, remetam-se os autos ao TJPB.

ITAPORANGA, data e assinatura digitais.

Francisca Brena Camelo Brito

Juíza de Direito



CERTIDÃO

Certifico, por dever de ofício, que procedi à alteração da relatoria dos presentes autos para o **Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos**, nos termos do art. 148, § 1º, do RITJPB, *in verbis*:

Art. 148. O sucessor do Desembargador que houver deixado o Tribunal, receberá os processos a cargo daquele, independentemente de distribuição, observado, ainda, o disposto no artigo 50-A, parte final, deste Regimento.

§ 1º. Aplicam-se as regras deste artigo no caso de retorno do Presidente e do Corregedor-Geral à respectiva Câmara ou Seção Especializada, se for o caso.

Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 4 de fevereiro de 2021 .





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por **ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA**, desafiando sentença do Juízo da 1ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga, que indeferiu a petição inicial da presente Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, proposta em despol de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, assim dispôs (ID 7839865): *In verbis*,

Trata-se de ação proposta por ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA, em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, todos devidamente qualificados.

Determinada a regularização da representação por duas vezes, a parte não cumpriu com o determinado, preferindo oferecer escusas para não cumprir o comando judicial.

É o breve relatório. Decido.

Defiro a gratuidade de justiça (art. 98 do NCPC).

Dispõe o art. 76, § 1º do CPC:

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

§ 1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor;

No caso, a decisão foi suficientemente clara ao exigir da parte o dever de regularizar a representação, anexando PROCURAÇÃO FIRMADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO.

Contudo, apesar de intimada em duas ocasiões, a parte autora não cumpriu o determinado, limitando-se a juntar petições que não atendiam ao comando judicial.



Nesse panorama, imperiosa é a decretação do indeferimento da peça proemial, posto que desatendidas as prescrições legais aplicáveis à espécie.

Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, resolvo o feito,

SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

Sem condenação em custas, vez que a autora é beneficiária da gratuidade de justiça.

Deixo de condenar em honorários, porquanto não angularizada a relação processual.

Em suas razões (ID 7839917), o autor, ora apelante, sustenta que, após o despacho de emenda à inicial, apresentou procuração particular com assinatura a rogo de terceiro, bem como de duas testemunhas (evento de ID 7839859), restando sanada irregularidade processual apontada. Aduz, ainda, que o instrumento reveste-se dos critérios delineados pelo artigo 595 do Código Civil, e que, por tal motivo, a sentença impugnada “*afronta aos princípios da razoabilidade, inafastabilidade da jurisdição e acesso à justiça*” (extraído do evento de ID 7839917 - **pág. 3**). Pugna pelo provimento do apelo, para que seja anulada a sentença sob censura.

Contrarrazões apresentadas (ID 7839921).

O Ministério Público opinou pelo provimento do recurso (evento de ID 8467343).

É o relatório.

Peço dia para julgamento.

João Pessoa - PB, data e hora da assinatura eletrônica.

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Relator



Vistos, etc.

Designo para julgamento a Primeira Sessão que se realizar após 05 (cinco) dias da publicação da respectiva pauta no Diário da Justiça, conforme disposto no art. 935 do Código de Processo Civil.

Cumpra-se.

Desa. Maria das Graças Morais Guedes

Presidente da 3ª Câmara Especializada Cível





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª CÂMARA CÂVEL - VIRTUAL da 3ª Câmara CÂ-vel a realizar-se no dia 14-06-2021 às 14:00 até 21-06-2021.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª CÂMARA CÂVEL - VIRTUAL da 3ª Câmara Cível a realizar-se de 14/06/2021 às 14:00 até 21/06/2021.



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(PAUTA ORDINÁRIA PJE)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801366-06.2017.8.15.0211.

(PJE-181)

C E R T I D ã O

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Terceira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária na modalidade julgamento virtual, apreciando o Processo acima indicado, assim decidiram:

“DEU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. UNÂNIME”.

Presidiu o julgamento, com voto, o Exmo. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (Presidente). Participaram do julgamento, ainda, a Exma. Desa. Maria das Graças Morais Guedes e o Exmo. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos (Relator).

Presente ao julgamento, também, o Exmo. Dr. Francisco Paula Ferreira Lavor, Procurador de Justiça convocado.



Sala de Sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, início às 14:00hs do dia 14 de junho de 2021 e término às 13:59hs do dia 21 de junho de 2021.

Raissa Maia de Medeiros

ASSESSORA DA 3ª CÂMARA CÍVEL





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

APELANTE: Antônio Agostinho de Sousa

ADVOGADO: Haroldo Magalhães de Carvalho (OAB/PB nº 25.252)

APELADA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ADVOGADOS: João Alves Barbosa Filho (OAB/PB nº 4.246-A) e Suelio Moreira Torres (OAB/PB nº 14.477)

APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA TERMINATIVA. INDEFERIMENTO DA PROEMIAL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. OUTORGANTE ANALFABETO. EXIGÊNCIA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. EXEGESE, POR ANALOGIA, DO ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL. INSTRUMENTO PARTICULAR ASSINADO A ROGO E SUBSCRITO POR DUAS TESTEMUNHAS. SUFICIÊNCIA. PROVIMENTO.

- A jurisprudência desta Corte possui entendimento assente no sentido de que “*a determinação de apresentação de procuração pública, para que analfabeto postule em juízo os direitos que entende violado, confere-lhe tratamento mais gravoso e desarrazoadamente mais custoso que o conferido aos alfabetizados (0800456-38.2017.8.15.0741, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 20/05/2019)*”.

- O instrumento procuratório assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas, ainda que particular, é suficiente para regularizar a representação processual do litigante analfabeto, à luz da aplicação, por analogia, do art. 595 do Código Civil.

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos antes identificados.

ACORDA a Egrégia Terceira Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, em **DAR PROVIMENTO AO APELO**, nos termos do voto Relator.



RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por **ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA**, desafiando sentença do Juízo da 1ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga, que indeferiu a petição inicial da presente Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, proposta em desprol de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, assim dispôs (ID 7839865): *In verbis*,

Trata-se de ação proposta por ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA, em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, todos devidamente qualificados.

Determinada a regularização da representação por duas vezes, a parte não cumpriu com o determinado, preferindo oferecer escusas para não cumprir o comando judicial.

É o breve relatório. Decido.

Defiro a gratuidade de justiça (art. 98 do NCPC).

Dispõe o art. 76, § 1º do CPC:

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

§ 1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor;

No caso, a decisão foi suficientemente clara ao exigir da parte o dever de regularizar a representação, anexando PROCURAÇÃO FIRMADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO.

Contudo, apesar de intimada em duas ocasiões, a parte autora não cumpriu o determinado, limitando-se a juntar petições que não atendiam ao comando judicial.

Nesse panorama, imperiosa é a decretação do indeferimento da peça proemial, posto que desatendidas as prescrições legais aplicáveis à espécie.

Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, resolvo o feito,

SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

Sem condenação em custas, vez que a autora é beneficiária da gratuidade de justiça.

Deixo de condenar em honorários, porquanto não angularizada a relação processual.

Em suas razões (ID 7839917), o autor, ora apelante, sustenta que, após o despacho de emenda à inicial, apresentou procuração particular com assinatura a rogo de terceiro, bem como de duas testemunhas (evento de ID 7839859), restando sanada irregularidade processual apontada. Aduz, ainda, que o instrumento reveste-se dos critérios



delineados pelo artigo 595 do Código Civil, e que, por tal motivo, a sentença impugnada “*afronta aos princípios da razoabilidade, inafastabilidade da jurisdição e acesso à justiça*” (extraído do evento de ID 7839917 - pág. 3). Pugna pelo provimento do apelo, para que seja anulada a sentença sob censura.

Contrarrazões apresentadas (ID 7839921).

O Ministério Público opinou pelo provimento do recurso (evento de ID 8467343).

É o relatório.

VOTO - EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS:

O apelo é tempestivo e despiciendo de preparo, posto que o recorrente ostenta a condição de beneficiário da gratuidade processual, pelo que, presentes os demais requisitos de admissibilidade, merece ser conhecido.

No presente caso, insurge-se o apelante em face da sentença que indeferiu a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução do mérito (art. 485, IV, do CPC), considerando não regularizada a representação processual por ausência de instrumento público, mesmo após a juntada, pelo apelante, de instrumento particular assinado a rogo e por duas testemunhas.

Não obstante o plausível e respeitável entendimento adotado pelo Julgador Monocrático na decisão objurgada, vislumbro que a exigência de procuração pública para que analfabeto postule em juízo os direitos que entende violado confere-lhe tratamento mais gravoso e desarrazoadamente mais custoso que o conferido aos alfabetizados.

Sobre o tema, o Conselho Nacional de Justiça, em procedimento de controle administrativo, reconheceu a legalidade da procuração por instrumento particular, em movimento exegético que ensejou a aplicação, por analogia, do comando normativo disposto no art. 595 do Código Civil, no caso de um trabalhador analfabeto, atestando que “(...) quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas”.

A propósito, colaciono o excerto da decisão do CNJ:



“PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PROCURAÇÃO OUTORGADA POR ANALFABETO. DESNECESSIDADE DE INSTRUMENTO PÚBLICO. PEDIDO PROCEDENTE.

1. Não se mostra razoável exigir que a procuração outorgada por pessoa analfabeta para atuação de advogado junto à Justiça do Trabalho seja somente por instrumento público, se a legislação (art. 595 do Código Civil) prevê forma menos onerosa e que deve ser aplicada analogicamente ao caso em discussão.

2. Procedimento de Controle Administrativo julgado procedente para recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região que adote providências no sentido de reformar a primeira parte do art. 76 do Provimento 05/2004, de modo a excluir a exigência de que a procuração outorgada por analfabeto o seja somente por instrumento público”.

(CNJ - PCA - Procedimento de Controle Administrativo – 0001464-74.2009.2.00.0000 - Rel. Leomar Amorim - 102ª Sessão - j. 06/04/2010).

No presente caso, observa-se que o apelante não se desincumbiu de colacionar aos autos instrumento procuratório particular, contendo a assinatura a rogo com a identificação das duas testemunhas (evento de ID 7839859). A imposição de procuração pública, de fato, implica uma aparente e irrazoável obstaculização do acesso à justiça, posto que qualquer exigência em dinheiro para quem, por sua condição econômico-financeira, litiga sob os auspícios da gratuidade processual, representa prejuízo substancial e considerável à sua subsistência.

Na mesma esteira, caminha a jurisprudência desta Corte:

APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA TERMINATIVA. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. ANALFABETO. EXIGÊNCIA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL. INSTRUMENTO PARTICULAR ASSINADO A ROGO E SUBSCRITO POR DUAS TESTEMUNHAS. APELANTE QUE APRESENTOU INSTRUMENTO PARTICULAR COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO. - A determinação de apresentação de procuração pública, para que analfabeto postule em juízo os direitos que entende violado, confere-lhe tratamento mais gravoso e desarrazoadamente mais custoso que o conferido aos alfabetizados. - **É possível a aplicação analógica, ao caso, do art. 595 do Código Civil, a fim de considerar suficiente o instrumento procuratório, ainda que particular, desde que assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.** - Na presente hipótese, no entanto, a parte autora, a despeito de ter apresentado procuração particular, não foi a rogo e assinado por duas testemunhas, a teor do previsto no art. 595 do CC, mas com firma reconhecida em cartório, razão pela qual não há como ser considerada regular para fins de representação processual, impondo, assim, a manutenção da decisão de primeiro grau em sua integralidade. VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos. ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, unânime.

(0800456-38.2017.8.15.0741, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 20/05/2019)



Importante destacar que o formalismo exacerbado não pode funcionar como um indevido obstáculo ao acesso à justiça, direito fundamental esculpido na Carta Magna.

Assim, em respeito ao modelo constitucional do direito processual civil, merece acolhimento a presente súplica, a fim de que seja aplicado, por analogia, ao presente caso, o disposto no art. 595 do Código Civil.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO**, para cassar integralmente a sentença sob ataque, ante à constatação da regularidade da representação processual do recorrente.

É COMO VOTO.

Presidiu o julgamento, com voto, o Exmo. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (Presidente). Participaram do julgamento, ainda, a Exma. Des. Maria das Graças Morais Guedes e o Exmo. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos (Relator).

Presente ao julgamento, também, o Excelentíssimo Doutor Doriel Veloso Gouveia, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, início às 14:00hs do dia 07 de junho de 2021 e término às 13:59hs do dia 14 de junho de 2021.

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Relator



RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por **ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUSA**, desafiando sentença do Juízo da 1ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga, que indeferiu a petição inicial da presente Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, proposta em despol de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, assim dispôs (ID 7839865): *In verbis*,

Trata-se de ação proposta por ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA, em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, todos devidamente qualificados.

Determinada a regularização da representação por duas vezes, a parte não cumpriu com o determinado, preferindo oferecer escusas para não cumprir o comando judicial.

É o breve relatório. Decido.

Defiro a gratuidade de justiça (art. 98 do NCPC).

Dispõe o art. 76, § 1º do CPC:

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

§ 1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor;

No caso, a decisão foi suficientemente clara ao exigir da parte o dever de regularizar a representação, anexando PROCURAÇÃO FIRMADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO.

Contudo, apesar de intimada em duas ocasiões, a parte autora não cumpriu o determinado, limitando-se a juntar petições que não atendiam ao comando judicial.

Nesse panorama, imperiosa é a decretação do indeferimento da peça proemial, posto que desatendidas as prescrições legais aplicáveis à espécie.

Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, resolvo o feito,

SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

Sem condenação em custas, vez que a autora é beneficiária da gratuidade de justiça.

Deixo de condenar em honorários, porquanto não angularizada a relação processual.

Em suas razões (ID 7839917), o autor, ora apelante, sustenta que, após o despacho de emenda à inicial, apresentou procuração particular com assinatura a rogo de terceiro, bem como de duas testemunhas (evento de ID 7839859), restando sanada irregularidade processual apontada. Aduz, ainda, que o instrumento reveste-se dos critérios



delineados pelo artigo 595 do Código Civil, e que, por tal motivo, a sentença impugnada “*afronta aos princípios da razoabilidade, inafastabilidade da jurisdição e acesso à justiça*” (extraído do evento de ID 7839917 - pág. 3). Pugna pelo provimento do apelo, para que seja anulada a sentença sob censura.

Contrarrazões apresentadas (ID 7839921).

O Ministério Público opinou pelo provimento do recurso (evento de ID 8467343).

É o relatório.



VOTO - EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR MÁRCIO MURILO DA

CUNHA RAMOS:

O apelo é tempestivo e despiciendo de preparo, posto que o recorrente ostenta a condição de beneficiário da gratuidade processual, pelo que, presentes os demais requisitos de admissibilidade, merece ser conhecido.

No presente caso, insurge-se o apelante em face da sentença que indeferiu a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução do mérito (art. 485, IV, do CPC), considerando não regularizada a representação processual por ausência de instrumento público, mesmo após a juntada, pelo apelante, de instrumento particular assinado a rogo e por duas testemunhas.

Não obstante o plausível e respeitável entendimento adotado pelo Julgador Monocrático na decisão objurgada, vislumbro que a exigência de procuração pública para que analfabeto postule em juízo os direitos que entende violado confere-lhe tratamento mais gravoso e desarrazoadamente mais custoso que o conferido aos alfabetizados.

Sobre o tema, o Conselho Nacional de Justiça, em procedimento de controle administrativo, reconheceu a legalidade da procuração por instrumento particular, em movimento exegético que ensejou a aplicação, por analogia, do comando normativo disposto no art. 595 do Código Civil, no caso de um trabalhador analfabeto, atestando que *“(...) quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas”*.

A propósito, colaciono o excerto da decisão do CNJ:

“PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PROCURAÇÃO OUTORGADA POR ANALFABETO. DESNECESSIDADE DE INSTRUMENTO PÚBLICO. PEDIDO PROCEDENTE.

1. Não se mostra razoável exigir que a procuração outorgada por pessoa analfabeta para atuação de advogado junto à Justiça do Trabalho seja somente por instrumento público, se a legislação (art. 595 do Código Civil) prevê forma menos onerosa e que deve ser aplicada analogicamente ao caso em discussão.

2. Procedimento de Controle Administrativo julgado procedente para recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região que adote providências no sentido de reformar a primeira parte do art. 76 do Provimento 05/2004, de modo a excluir a exigência de que a procuração outorgada por analfabeto o seja somente por instrumento público”.

(CNJ - PCA - Procedimento de Controle Administrativo – 0001464-74.2009.2.00.0000 - Rel. Leomar Amorim - 102ª

Sessão - j. 06/04/2010).



No presente caso, observa-se que o apelante não se desincumbiu de colacionar aos autos instrumento procuratório particular, contendo a assinatura a rogo com a identificação das duas testemunhas (evento de ID 7839859). A imposição de procuração pública, de fato, implica uma aparente e irrazoável obstaculização do acesso à justiça, posto que qualquer exigência em dinheiro para quem, por sua condição econômico-financeira, litiga sob os auspícios da gratuidade processual, representa prejuízo substancial e considerável à sua subsistência.

Na mesma esteira, caminha a jurisprudência desta Corte:

APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA TERMINATIVA. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. ANALFABETO. EXIGÊNCIA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL. INSTRUMENTO PARTICULAR ASSINADO A ROGO E SUBSCRITO POR DUAS TESTEMUNHAS. APELANTE QUE APRESENTOU INSTRUMENTO PARTICULAR COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO. - A determinação de apresentação de procuração pública, para que analfabeto postule em juízo os direitos que entende violado, confere-lhe tratamento mais gravoso e desarrazoadamente mais custoso que o conferido aos alfabetizados. - **É possível a aplicação analógica, ao caso, do art. 595 do Código Civil, a fim de considerar suficiente o instrumento procuratório, ainda que particular, desde que assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.** - Na presente hipótese, no entanto, a parte autora, a despeito de ter apresentado procuração particular, não foi a rogo e assinado por duas testemunhas, a teor do previsto no art. 595 do CC, mas com firma reconhecida em cartório, razão pela qual não há como ser considerada regular para fins de representação processual, impondo, assim, a manutenção da decisão de primeiro grau em sua integralidade. VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos. ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, unânime.

(0800456-38.2017.8.15.0741, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 20/05/2019)

Importante destacar que o formalismo exacerbado não pode funcionar como um indevido obstáculo ao acesso à justiça, direito fundamental esculpido na Carta Magna.

Assim, em respeito ao modelo constitucional do direito processual civil, merece acolhimento a presente súplica, a fim de que seja aplicado, por analogia, ao presente caso, o disposto no art. 595 do Código Civil.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO**, para cassar integralmente a sentença sob ataque, ante à constatação da regularidade da representação processual do recorrente.

É COMO VOTO.



Presidiu o julgamento, com voto, o Exmo. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (Presidente). Participaram do julgamento, ainda, a Exma. Des. Maria das Graças Moraes Guedes e o Exmo. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos (Relator).

Presente ao julgamento, também, o Excelentíssimo Doutor Doriel Veloso Gouveia, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, início às 14:00hs do dia 07 de junho de 2021 e término às 13:59hs do dia 14 de junho de 2021.

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

APELANTE: Antônio Agostinho de Sousa

ADVOGADO: Haroldo Magalhães de Carvalho (OAB/PB nº 25.252)

APELADA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

ADVOGADOS: João Alves Barbosa Filho (OAB/PB nº 4.246-A) e Suelio Moreira Torres (OAB/PB nº 14.477)

APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA TERMINATIVA. INDEFERIMENTO DA PROEMIAL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. OUTORGANTE ANALFABETO. EXIGÊNCIA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. EXEGESE, POR ANALOGIA, DO ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL. INSTRUMENTO PARTICULAR ASSINADO A ROGO E SUBSCRITO POR DUAS TESTEMUNHAS. SUFICIÊNCIA. PROVIMENTO.

- A jurisprudência desta Corte possui entendimento assente no sentido de que “*a determinação de apresentação de procuração pública, para que analfabeto postule em juízo os direitos que entende violado, confere-lhe tratamento mais gravoso e desarrazoadamente mais custoso que o conferido aos alfabetizados* (0800456-38.2017.8.15.0741, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, **APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 20/05/2019**)”.

- O instrumento procuratório assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas, ainda que particular, é suficiente para regularizar a representação processual do litigante analfabeto, à luz da aplicação, por analogia, do art. 595 do Código Civil.

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos antes identificados.

ACORDA a Egrégia Terceira Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, em **DAR PROVIMENTO AO APELO**, nos termos do voto Relator.



Intimo as partes do inteiro teor do Acórdão.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

CERTIDÃO

Certifico, por dever do ofício, para que esta produza os devidos efeitos legais, que, conforme registro de movimentações e expedientes do Sistema de Processo Judicial eletrônico - PJe, o(a) Acórdão/Decisão do id. **11532522**, **TRANSITOU EM JULGADO em 19/08/2021**, dia subsequente ao término do prazo recursal.

Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, data e assinatura registradas eletronicamente.





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Itaporanga

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801366-06.2017.8.15.0211

DECISÃO

Vistos *etc.*

Ante o teor do acórdão retro, dou seguimento ao feito, restando afastada a preliminar de irregularidade de representação.

Já apresentada a contestação, nos termos do art. 357 do NCPC, passo ao saneamento do feito.

Fixo como pontos controvertidos a extensão e a natureza da incapacidade alegada.

Diante do requerimento das partes, nomeio como perito do juízo o **Dr. MARCELO NUNES ALVES**, arbitrando seus honorários periciais em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), em face da complexidade da prova e do local de sua realização, a serem custeados pela Seguradora Líder, nos termos do Convênio atual, facultadas às partes a indicação de assistentes técnicos, que deverão comparecer no dia e hora posteriormente designados.

Intime-se o perito da nomeação, bem como, para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes.

1. Intimem-se as partes desta nomeação e para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, **caso já não tenham feito** (art. 465, § 1º, NCPC).

As perícias serão agendadas em bloco, de acordo com a disponibilidade do perito, podendo, inclusive, serem realizadas excepcionalmente aos sábados, vez que constituem dia útil para efeitos legais (art. 216, NCPC) e visam a salvaguardar os direitos das partes interessadas (art. 279, § 1º, LOJE).

Com o agendamento da perícia, intimem-se as partes para comparecimento ao local, informando data, hora e local da produção da referida prova (art. 474, NCPC), devendo ser encaminhados os quesitos das partes e os quesitos usuais do Juízo, bem como, advirta-se ao autor que o mesmo deverá apresentar documento de identificação oficial com foto e todos os exames de que dispõe acerca da enfermidade alegada.

Aportando os laudos, intimem-se as partes para se pronunciarem sobre os mesmos, requerendo o que entender de direito, no prazo comum de 15 dias (art. 477, § 1º, NCPC).

Intimem-se as partes da presente decisão, na forma do art. 357, § 1º, NCPC (prazo comum de 05 dias). Nada sendo requerido, cumpram-se os ditames desta decisão



Cumpra-se. Intimações necessárias.

Itaporanga/PB, 28 de agosto de 2021.

1. Francisca Brena Camelo Brito

Juíza de Direito



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		20/09/2021	2176	3000119166673
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
17/09/2021	2732431	08013660620178150211	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
ITAPORANGA	1 VARA CIVEL/CRIMIN.	RÉU	250,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA		Física	95340114449	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
9E4C182D708B5641				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB

Processo n.º 08013660620178150211

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

ITAPORANGA, 22 de setembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA

Fórum João Espínola Neto – Rua Manoel Moreira Dantas, 104, Bairro João Silvino da Fonseca, Itaporanga/PB

CEP 58780-000 - Fone: (83) 3451-2399 e 3451-2517 - Celular (WhatsApp): (83) 99145-2359

E-mail: itp-vmis01@tjpb.jus.br

MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA PERÍCIA

Processo nº: 0801366-06.2017.8.15.0211

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

Autor(es): Nome: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Endereço: RUA MÃE BURREGA, CENTRO, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000

Réu(s): Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

O(A) MM. Juiz(a) de Direito em exercício na 1ª Vara Mista de Itaporanga/PB, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **INTIME-SE** a parte **autora** para comparecer a **PERÍCIA** designada: **Tipo: Entrevista Sala: Perícia Médica Data: 05/11/2021 Hora: 14:20**, a qual se realizará na sala do Tribunal do Júri, localizada no Fórum João Espínola Neto – Rua Manoel Moreira Dantas, 104, Bairro João Silvino da Fonseca, Itaporanga/PB.

ATENÇÃO! O periciando deverá comparecer ao ato munido de documento de identificação oficial com foto (RG, CNH), CPF e dos exames e laudos que dispõe acerca da enfermidade alegada; bem como, vir acompanhado de parente próximo que também possa ser entrevistado..

Itaporanga/PB, 5 de outubro de 2021

De ordem, assinatura eletrônica.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA

Fórum João Espínola Neto – Rua Manoel Moreira Dantas, 104, Bairro João Silvino da Fonseca, Itaporanga/PB

CEP 58780-000 - Fone: (83) 3451-2399 e 3451-2517 - Celular (WhatsApp): (83) 99145-2359

E-mail: itp-vmis01@tjpb.jus.br

ATO PROCESSUAL DE INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

Processo nº: **0801366-06.2017.8.15.0211**

1. **INTIMO** as partes da **PERÍCIA** designada: **Tipo: Entrevista Sala: Perícia Médica Data: 05/11/2021 Hora: 14:20**, a qual se realizará na sala do Tribunal do Júri, localizada no Fórum João Espínola Neto – Rua Manoel Moreira Dantas, 104, Bairro João Silvino da Fonseca, Itaporanga/PB.

2. O periciando deverá comparecer ao ato munido de documento de identificação oficial com foto (RG, CNH), CPF e dos exames e laudos que dispõe acerca da enfermidade alegada; bem como, vir acompanhado de parente próximo que também possa ser entrevistado.

Itaporanga/PB, 5 de outubro de 2021

De ordem, assinatura eletrônica.



CERTIDÃO - INTIMAÇÃO POSITIVA

Certifico e dou fé, que em cumprimento ao mandado constante no ID 49504076, compareci na rua Mãe Burrega, Centro, nesta cidade e, onde, em diligência, obtive informação de que o autor não reside mais naquela localidade.

Certifico mais que, em ato contínuo, conforme informações obtidas, compareci na rua João Firmino Gomes, defronte aos quiosques, Centro, nesta cidade, e lá estando, depois das formalidades legais, às 11h20min, **INTIMEI** o autor, **Sr. ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, conhecido como "**ANTONIO DE ZÉ DO GALO**", para todos os termos e conteúdo do mandado referido, que li e dei-lhe para ler, do que ficou bem ciente, aceitando a contrafé, que entreguei, exarando a sua nota de ciente no mandado. O autor, informou que atualmente encontra-se residindo no Sítio Jenipapo, município de Itaporanga-PB. O referido é verdade.

Itaporanga-PB, datado e assinado eletronicamente.

ANTONIO SEGIO Leite Oliveira

Oficial de Justiça/Mat. 473.590-1



Successfully created



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA

Fórum João Espínola Neto – Rua Manoel Moreira Dantas, 104, Bairro João Silvino da Fonseca, Itaporanga/PB
CEP 58780-000 - Fone: (83) 3451-2399 e 3451-2517 - Celular (WhatsApp): (83) 99145-2359
E-mail: itp-vmis01@tjpb.jus.br

MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA PERÍCIA

Processo nº: 0801366-06.2017.8.15.0211

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

Autor(es): Nome: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Endereço: RUA MÃE BURREGA, CENTRO, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000

Réu(s): Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

O(A) MM. Juiz(a) de Direito em exercício na 1ª Vara Mista de Itaporanga/PB, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **INTIME-SE** a parte **autora** para comparecer a **PERÍCIA** designada: **Tipo: Entrevista Sala: Perícia Médica Data: 05/11/2021 Hora: 14:20**, a qual se realizará na sala do Tribunal do Júri, localizada no Fórum João Espínola Neto – Rua Manoel Moreira Dantas, 104, Bairro João Silvino da Fonseca, Itaporanga/PB.

ATENÇÃO! O periciando deverá comparecer ao ato munido de documento de identificação oficial com foto (RG, CNH), CPF e dos exames e laudos que dispõe acerca da enfermidade alegada; bem como, vir acompanhado de parente próximo que também possa ser entrevistado..

Itaporanga/PB, 5 de outubro de 2021

De ordem, assinatura eletrônica.



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO DE ASSIS TELECIO
LACERDA

05/10/2021 09:30:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 49504076



21100509304776800000046972325

imprimir



06/10/2021 08:38



Perícia médica realizada em 05/11/2021.





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA

Fórum João Espínola Neto – Rua Manoel Moreira Dantas, 104, Bairro João Silvino da Fonseca, Itaporanga/PB

CEP 58780-000 - Fone: (83) 3451-2399 e 3451-2517 - Celular (WhatsApp): (83) (83) 99145-2359

E-mail: itp-vmis01@tjpb.jus.br

Processo nº: **0801366-06.2017.8.15.0211**

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s):[Acidente de Trânsito]

Autor(es): Nome: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

Endereço: RUA MÃE BURREGA, CENTRO, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000

Promovido(s): Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

ATO ORDINATÓRIO

De acordo com as prescrições do art. 302 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que regulamenta os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelos servidores dos cartórios judiciais do Estado da Paraíba, para a efetividade do disposto no artigo 203, § 4º, CPC, e do artigo 93, inciso XIV, da Constituição da República, e da Portaria nº 05/2017 da 1ª Vara da Comarca de Itaporanga-PB; de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito em exercício na Vara supra, fica ordenado o seguinte cumprimento:

1. INTIMO as partes para se pronunciarem sobre os **laudos periciais**, requerendo o que entender de direito, no prazo comum de **15 (quinze) dias** (art. 477, § 1º, NCPC).

Data e assinatura eletrônicas.



PROCESSO Nº 0801366 - 06.2017.8.15.0211

**AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE
CONCILIAÇÃO E/OU JULGAMENTO**

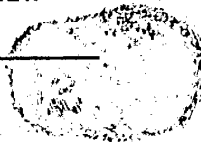
Nome completo: Antônio Agostinho de Sousa

CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade para realização da avaliação médica para fins de conciliação e/ou julgamento em razão do processo judicial acima indicado, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figuro como autor e que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Itapocanga/PB.

Itapocanga/PB, 05 de novembro de 2021.

Assinatura da vítima/promovente



AVALIAÇÃO MÉDICA

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre:

☒ Sim

☐ Não

☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (is) região (ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

pe direito - joelho direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

fratura exposta de joelho direito

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito ou a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim

☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo, informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

perda de movimento + dor aguda no membro



Limitação do membro.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐

Sim, em que prazo: _____

☒

Não

Em caso de enquadramento da opção "a" do item IV ou da resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945/2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) suscetíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(S) corporal(is) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo contante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

Em se tratando de dano parcial, informar se o dano é:

b.1) ☐ Parcial completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ Parcial incompleto (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um – ou mais de um – segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo art. 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

pe direito

☐

10% Residual

☒

25% Leve

☐

50% Média

☐

75% Intensa

2ª Lesão

pech direito

☒

10% Residual

☐

25% Leve

☐

50% Média

☐

75% Intensa

3ª Lesão

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☐

50% Média

☐

75% Intensa

4ª Lesão

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☐

50% Média

☐

75% Intensa

Obs.: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique abaixo, de acordo com os critérios acima definidos:

Itapora/PB, 05 / 11 / 2021.

Dr. Marcelo Alves

Ortopedia e Traumatologia
Medicina do Trabalho
CRM-PB 2281 / CREMEPE 18836

Assinatura do médico – CRM



Petição PDF em anexo.





AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO Nº 0801366-06.2017.8.15.0211

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO "DPVAT"

ANTÔNIO AGOSTINHO DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, seu procurador *infra-assinado*, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **MANIFESTAÇÃO** ao **LAUDO PERICIAL** dos autos, expondo e requerendo o que se segue:

1. DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DA PROVA PERICIAL – DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DEVIDO.

A ação versa sobre o pagamento complementar da indenização de seguro obrigatório DPVAT decorrente de acidente de trânsito sofrido pela parte Autora.

O art. 3º, inciso II e § 1º, da Lei nº 6.194/74, **estabelece que o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da debilidade suportada pela parte beneficiária em virtude do acidente automotor.**

Assim, está previsto em lei graus diferenciados de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, está última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

No caso, realizada **PROVA TÉCNICA**, o **PERITO** constatou e atestou positivamente no **LAUDO PERICIAL**, que o paciente sofreu lesões na **JOELHO DIREITO** de **REPERCUSSÃO RESIDUAL (10%)** no **PÉ DIREITO** de **REPERCUSSÃO LEVE (25%)** que não são reversíveis.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Desta feita, conclui-se, a partir da perícia médica confeccionada, que a parte Autora está inválido permanentemente, o que determina a incidência da regra esculpida no art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, in verbis:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).”

(...); II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007); (...)

Sendo assim, no caso de invalidez permanente, têm-se que o quantum indenizatório, cujo teto é R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deve ser estabelecido de acordo com a extensão das lesões sofridas e do grau da invalidez que acomete o beneficiário.

Com efeito, a invalidez da parte Autora (segurado) restou enquadrada no quesito **“Perda completa da mobilidade de um dos joelhos”**, que estabelece indenização no percentual de **25% do valor máximo**, ou seja, **R\$3.375,00 no caso de lesão completa**, **“Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés”**, que estabelece indenização no percentual de **50% do valor máximo**, ou seja, **R\$6.750,00 no caso de lesão completa**.

Por outro lado, o **inciso II, § 1º, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74**, com as alterações da Lei nº 11.945/09, define que quando se tratar de **invalidez permanente parcial incompleta** será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista, com redução proporcional da indenização que corresponderá a: 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as perdas de repercussão média; **25% (vinte e cinco por cento) para as perdas de REPERCUSSÃO LEVE e 10% para as perdas de REPERCUSSÃO RESIDUAL.**





Assim, considerando tal realidade, tem-se a seguinte equação:

MEMBRO LESIONADO	PERCENTUAL DESCRITO NA TABELA	GRAU DE REPERCUSSÃO FUNCIONAL APONTADO PELA PERÍCIA	VALOR DA INDENIZAÇÃO
Joelho Direito	25% (R\$13.500,00 x 25% = R\$3.375,00)	10% (RESIDUAL) (R\$3.375,00 x 10% = R\$337,50)	R\$337,50
Pé Direito	50% (R\$13.500,00 x 50% = R\$6.750,00)	25% (LEVE) (R\$6.750,00 x 25% = R\$1.687,50)	R\$1.687,50
		TOTAL	R\$2.025,00

Portanto, considerando-se a lesão descrita e constatada pela prova técnica dos autos, a extensão e o grau da invalidez, bem como a respectiva quantificação estabelecida pela Tabela inserida na Lei nº 6.194/74, é de se concluir que a parte Autora faz jus a importância de **R\$2.025,00**, levando-se em consideração as lesões citadas (**Lesão do Joelho Direito**) (**Lesão no Pé Direito**) e o respectivo enquadramento (**REPERCUSSÃO RESIDUAL - 10%**) (**REPERCUSSÃO LEVE - 25%**).

Sendo certo, que desse valor, deve ser **deve ser subtraído a quantia correspondente a R\$1.687,50, pago administrativamente**, restando, portanto,

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





devido a Autora o valor complementar de indenização do seguro DPVAT de R\$337,50.

2. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

É bem sabido que os honorários advocatícios, quando arbitrados, devem sê-lo levando em consideração a dignidade do exercício da advocacia, bem como de forma a compensar o profissional em seus dispêndios, sejam estes financeiros ou intelectuais, arcados para o deslinde da ação.

Nesse sentido, trago a baile o voto proferido no **RESP nº 2.870-MS**, o **Ministro Athos Carneiro**, que teceu as seguintes considerações:

"(...) A verba honorária destina-se a remunerar condignamente o profissional da advocacia, ou a compensar a parte pela despesa que esta já arcou com o antecipado pagamento dos honorários ao seu procurador. Ora, tanto o pagamento como o reembolso devem ser efetivos, isto é, realizados mediante quantia que tenha uma significação econômica atual e não meramente simbólica". (Grifamos)

Outrossim, é bem sabido que tratando-se de causa em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, como no presente processo, a fixação da honorária sucumbencial deve ser feita por equidade, de modo que não leve a um aviltamento do trabalho do advogado, o que é inadmissível, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC, in verbis:

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º. (Grifamos)

Assim, portanto, o arbitramento deve ser feito consoante apreciação equitativa do juiz, desde que atendidos o grau de zelo do profissional, lugar de prestação de serviço e a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado e o tempo exigido para o serviço.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Nesse sentido, é o entendimento trilhado pelo Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme recentes precedentes:

"APELAÇÕES. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MOTONETA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO. DEMANDA QUE BUSCA APENAS A MAJORAÇÃO DA VERBA. AUSÊNCIA DE DÚVIDAS QUANTO AO DEVER DE INDENIZAR. RECURSO QUE SE ATÉM APENAS AO REFERIDO ASPECTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM PATAMAR VII. MAJORAÇÃO NECESSÁRIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INEXISTÊNCIA. PROVIMENTO DO RECURSO DO AUTOR E DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO DO RÉU.

- Tendo a seguradora efetuado o pagamento administrativo da indenização do Seguro DPVAT, releva-se infrutífera a discussão sobre referida obrigação, na medida em que, ao deferir parcialmente a pretensão na via administrativa, a seguradora recorrente reconhece que estão presentes os requisitos para o recebimento da indenização.

- Considerando o valor da condenação – R\$ R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), correspondente à complementação do valor pago administrativamente, **a fixação da referida verba em termos percentuais, invariavelmente, torna insignificante a remuneração. Neste cenário, tem aplicação o § 8º do art. 85, cujo conteúdo prevê que "nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º".**

- No que se refere à suposta sucumbência recíproca, há de se considerar que "na demanda que se pretende o recebimento da indenização do seguro DPVAT, o valor expresso na inicial é meramente indicativo, sem qualquer repercussão na providência jurisdicional afeita ao enquadramento da situação fática à tabela legal de valores, razão pela qual a condenação da seguradora em montante inferior não configura sucumbência do autor"1. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as acima nominadas. ACORDA a Quarta Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, dar provimento ao recurso do autor e negar provimento ao recurso do réu, integrando a decisão a certidão de julgamento constante dos autos. (Apelação Cível nº 0800026-52.2016.8.15.0311, Quarta Câmara Cível, Des. Relator João Alves da Silva, Data do Julgamento: 11 de Fevereiro de 2020). (Grifos).

"APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. SUBLEVAÇÃO DA PARTE AUTORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTENTO DE MAJORAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. NÃO ATENDIMENTO.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





APLICAÇÃO DOS DITAMES DO ART. 85, §8º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO.

-De acordo com o art. 85, §8º do Código de Processo Civil, "Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do §2º.

-Na fixação da verba honorária, devem ser observados o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, bem como o tempo despendido na sua realização.

-Não se tendo na espécie, observado-se essa diretriz legal, é de se dar provimento à apelação, para que não reste desprestigiado o trabalho profissional executado. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. Acorda a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, prover o recurso". (Apelação Cível nº 0800021-30.2016.8.15.0311, Quarta Câmara Cível, Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, Data de Julgamento: 25 de Fevereiro de 2019). (Grifos).

Em sendo assim, conforme o entendimento do **Colendo STJ**, e desta **Egrégia Corte** e outras, a título de equidade, para a condenação, devem ser sopesados, outrossim, os preceitos contidos no § 2º do art. 85 do CPC, mormente no que tange ao zelo profissional, ao lugar da prestação de serviço e à natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo correspondente exigido para o seu serviço. Tais são os fatores determinantes pleiteados para o presente, e que demonstram cristalinamente o esforço e o zelo profissional dos advogados.

Além disso, do próprio conceptismo jurídico atrelado à equidade, deve-se destacar que esta traz, em seu bojo, o sentido de equiparação, de justiça!

Deste modo, **REQUER** a Vossa Excelência que seja fixado os **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO VALOR EQUIVALENTE A 1 (UM) SALÁRIO MÍNIMO**, de modo a assegurar a dignidade do profissional, na forma do art. 85, § 2º e §8º, do CPC.

3. DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, **REQUER** a Vossa Excelência a **PROCEDÊNCIA DA AÇÃO** para:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





3.1. Condenar o Réu ao Pagamento da Indenização do Seguro Obrigatório DPVAT a parte Autora no valor de R\$337,50, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula nº 426 STJ) e correção monetária desde a data do evento danoso;

3.2. Condenar o Réu ao Pagamento dos Honorários Advocatícios no Valor Equivalente a 1(um) Salário Mínimo, de modo a **assegurar a dignidade do profissional,** na forma do **art. 85, § 2º e § 8º, do CPC.**

**Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.**

Itaporanga/PB, 29 de Novembro de 2021.

(assinado eletronicamente)
HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252



ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB

Processo n.º 08013660620178150211

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ITAPORANGA, 26 de novembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Itaporanga

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801366-06.2017.8.15.0211

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: ANTONIO AGOSTINHO DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos *etc.*

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** movida pela parte autora em face da acionada, **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, pleiteando a complementação do seguro DPVAT, pago administrativamente pela acionada, ao argumento de que os valores pagos foram inferiores ao devido, vez que o grau de incapacidade decorrente do sinistro autorizaria a complementação dos valores pagos, forte nas alterações produzidas pela Lei nº 11.482/07 na Lei que regula o SEGURO DPVAT (Lei nº 6.194/74).

Narra a parte autora que o sinistro ocorreu em 12/12/2014, colacionando inúmeros documentos que apontam as sequelas decorrentes do sinistro, bem como o grau das mesmas.

Requeru a concessão do benefício da justiça gratuita, a citação da acionada e a procedência da ação, condenando-se a ré a pagar a diferença do seguro DPVAT.

Com a distribuição do processo, a parte autora, apesar de intimada para anexar aos autos instrumento procuratório público para assim ser dado o regular andamento do processo, não o fez, tendo sido proferida sentença terminativa no ID nº 27683244 - Pág. 1. A parte autora ingressou com recurso de apelação, o qual foi provido, anulando-se a sentença e retornando os autos para o prosseguimento do feito.

Devidamente citada, a parte acionada contestou o feito, sustentando, de início, a irregularidade da representação (já afastada pela corte ad quem) e, no mérito, que, nos casos de invalidez permanente, o limite máximo da indenização é de R\$ 13.500,00, a ser fixada, ainda, com base no grau de incapacidade a ser apurado no caso concreto, mostrando-se correto o valor pago na esfera administrativa, em face do exame realizado.

Despacho saneador proferido no ID. 47789173 - Pág. 1.

Realizada a prova pericial, foi juntado o laudo no ID. 50969302 - Pág. 2.

Instadas a se manifestarem acerca do laudo pericial juntado, a parte autora requereu a procedência da ação para condenar a promovida a pagar a complementação devida no valor de R\$ 337,50. A parte ré manifestou-se acerca do laudo, requerendo a improcedência do pedido autoral.

Vieram-me os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.



O feito encontra-se sem nulidades a serem sanadas, estando em condições de julgamento.

Os elementos de convicção constantes dos autos evidenciam que, em 12/12/2014 a parte autora envolveu-se em acidente automobilístico, do qual resultou invalidez parcial e permanente, em virtude de lesão. Pleiteou o pagamento na esfera administrativa, tendo recebido a importância de **R\$ 1.687,50**. No caso, trata-se de ação de cobrança em que a parte autora pleiteia a complementação da indenização do seguro DPVAT, haja vista entender que o grau e extensão da lesão incapacitante são superiores aos fixados na esfera administrativa pela acionada.

Inicialmente, cabe considerar que o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos automotores – DPVAT é decorrente de danos pessoais, não se discutindo “culpa” de qualquer um dos envolvidos no evento danoso. O art. 5º da Lei n. 6.194/1974 é claro quando expressa que o pagamento será efetuado mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, independente da existência de culpa. Nesse sentido, ocorrido o sinistro, basta a comprovação do acidente mediante o Boletim de Ocorrência expedido pelo órgão competente (autoridade policial) e a apresentação de laudo pericial emanado pelo Instituto Médico Legal – IML em caso de morte, ou, por perito designado para atestar a invalidez permanente da vítima.

Ademais, nos presentes autos, incabível qualquer discussão nesse sentido, vez que houve pagamento realizado na esfera administrativa. Logo, a ocorrência do sinistro e a existência de invalidez permanente não são pontos controvertidos, discutindo-se apenas o grau e extensão da lesão, para se fixar o valor correto a ser pago.

Nesse sentido, o art. 3º da referida lei passou a ter a seguinte redação:

“Art. 3 Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009):

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). ”



A própria lei veicula tabela em anexo estabelecendo os parâmetros a serem observados, incluída pela Lei nº 11.945, de 2009.

Realizada perícia de natureza médica, apurou o Sr. Perito nomeado que a parte autora sofreu lesões no joelho direito e no pé direito, que correspondem, respectivamente, a 25% e 50% da quantia total segurada.

Ademais, as lesões foram tidas como parciais incompletas, devendo ser observada a gradação do inciso II do §1º do art. 3º da Lei 6.194/1974.

No caso em tela, o perito judicial informou que a lesão no joelho direito é de natureza **residual**, que corresponde a 10% da quantia segurada para o dano de segmento corporal, observados os percentuais acima. No que diz respeito à lesão no pé direito, foi atestado pelo perito judicial que esta é de natureza **leve**, a qual corresponde a 25% da quantia total segurada.

Assim, os valores devidos à parte autora são:

Lesões no joelho direito: R\$ 13.500 x 25% x 10% = R\$ 337,50

Lesões no pé direito: R\$ 13.500 x 50% x 25% = R\$ 1.687,50

Somando-se os valores apresentados, tem-se a quantia de R\$ 2.025,00, no entanto, não há que se falar, no caso, na aplicação do valor integral do seguro independentemente do grau da invalidez da vítima, mas tão somente na complementação, vez que o valor pago na esfera administrativa foi inferior ao grau das lesões apontadas pelo perito do juízo.

Nesse sentido, já decidiram de forma torrencial os Tribunais:

DPVAT - COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO - QUANTIFICAÇÃO DAS LESÕES - DIFERENÇA DEVIDA. Para a apuração do valor devido a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT deve ser considerado o grau de invalidez do segurado, por aplicação da Lei 11.945/2009, conforme Súmula 474, STJ. Deve ser reconhecido o direito ao recebimento de complementação do valor da indenização, que foi pago administrativamente em valor inferior ao devido. (TJ-MG - AC: 10702130003503001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 02/10/2014, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/10/2014)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. MORTE. COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. A certidão de óbito da fl. 23 e os documentos das 25/33 demonstram que a morte decorreu de acidente de trânsito, restando caracterizado o nexo causal, sendo devida a indenização securitária. A indenização por morte equivale a 40 salários mínimos, não prevalecendo as disposições do CNSP que estipulem teto inferior ao previsto na Lei nº 6.194/74. A alteração do valor da indenização, introduzida pela M.P. nº 340, somente é aplicável aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 29/12/2006 - o que não é o caso dos autos (Súmula 14 das Turmas Recusais). O salário mínimo não serve de fator de reajuste, mas como mero referencial para fixar a indenização, inexistindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. Valor da complementação da indenização acertadamente apurado pelo juízo de origem. A correção monetária incide do ajuizamento da demanda e juros a partir da citação, para os acidentes ocorridos antes de 29.12.2006, consoante súmula 14 das Turmas. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71004248555 RS, Relator: Marta Borges Ortiz, Data de Julgamento: 27/02/2013, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/03/2013)

Acidente de trânsito. Seguro obrigatório. DPVAT. Cobrança. Complementação de valor pago a menor. 1. O valor da indenização do seguro obrigatório, previsto no artigo 3º da Lei 6.194/74, é de 40 (quarenta) salários mínimos, e, efetuando-se pagamento de quantia inferior ao previsto na lei, tem direito a beneficiária a receber o restante que falta para atingir o montante legal, não havendo qualquer irregularidade ou ilegalidade na quantificação baseada no salário mínimo, conforme determina a lei. 2. O salário mínimo a ser tomado por base



será sempre o da data do sinistro, momento em que nasceu o direito do beneficiário ao recebimento do seguro, sobre seu montante incidindo correção monetária. 3. Os juros moratórios no pagamento de seguro DPVAT devem incidir a partir da citação, conforme Súmula 426 do STJ. 4. Sob pena de incidir em reformatio in pejus, resta mantida a incidência de correção monetária a partir do pagamento a menor, quando o entendimento deste relator é o de que essa incidência deva ocorrer a partir da data do acidente. 5. Negaram provimento a ambos os recursos. (TJ-SP - APL: 00242243620098260309 SP 0024224-36.2009.8.26.0309, Relator: Vanderci Álvares, Data de Julgamento: 20/03/2013, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/03/2013).

Portanto, pelo que vem de ser analisado, viável se mostra à parte autora pretender a complementação da indenização do seguro obrigatório, já que recebeu administrativamente quantia menor do àquela que deveria ter sido paga, em virtude do grau das lesões incapacitantes apuradas na esfera judicial.

Destarte, considerando o valor total devido (R\$ 2.025) e o que já foi pago à parte autora, na via administrativa, qual seja, a quantia de R\$ 1.687,50, tem-se que lhe são devidos R\$ 337,50, correspondentes à diferença da lesão encontrada no laudo pericial.

DO DISPOSITIVO

À LUZ DO EXPOSTO, com fulcro no art. 487, I do CPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO** para condenar a seguradora promovida a pagar ao promovente a quantia de **R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, a título de complementação de indenização do Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), acrescida de juros moratórios, no percentual de 1,0% ao mês, devidos a partir da citação inicial, e correção monetária, pelo INPC, a partir do evento danoso.

Condeno a parte promovida em custas e honorários advocatícios, os quais fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro no Art. 85, §8º, do CPC, ante o diminuto proveito econômico.

Caso haja depósito espontâneo do valor da condenação, após a concordância do autor, fica autorizada a expedição dos respectivos alvarás. Sendo caso de expedição de alvará eletrônico, deverá o requerente desde logo fornecer os dados bancários da parte favorecida.

Transitada em julgado, caso não haja pagamento ou requerimento do cumprimento da sentença, com as cautelas de estilo, dê-se baixa no registro e archive-se, **independentemente de nova conclusão.**

Expeça-se alvará judicial quanto aos honorários periciais, caso tal providência ainda não tenha sido adotada.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Itaporanga/PB, data e assinatura digitais.

Juiz (a) de Direito

